

**ACTA Nº. 14**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO,  
REALIZADA EM 29-12-07**

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor Rui Pedro Dias Gonçalves**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos **Senhores Fernando José Guia Barbosa e Rui Vítor Pires Bragança**, interinamente primeiro e segundo Secretários respectivamente.-----

-  
Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros.-----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----  
José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro, Paulo Jorge Martins Beirante e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo.-----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores:-----  
António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves.-----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores:-----  
Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Luís Filipe Dias Grácio.-----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores:-----  
António Silvino da Costa Ferreira e José Luís Fernandes.-----

-  
Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** a Senhora:-----

-  
Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins.-----

-  
Em representação do **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor:-----

-  
Carlos Alberto Machado.-----

-  
Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Henrique dos Reis Leal.-----

--  
O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram nove horas e quarenta minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituírem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias.-----

---

Deu posse a Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, que substituiu o Senhor João Aires Moreira Mora Leitão, Presidente da Assembleia Municipal, do Partido Social Democrata.-----  
-----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substituiu a deputada Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda.-----  
-----

Deu posse a José Luís Fernandes, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária.-----  
-----

Após a leitura das actas avulsas de instalação e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções.-----  
-----

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número treze da Assembleia Municipal.-----  
-----

Atendendo a que nenhum membro se quisesse pronunciar sobre a acta, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou-a à votação.-----  
-----

**VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO TREZE:**-----

A acta número treze foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo oito votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, e um voto da Coligação Democrática Unitária, e três abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo uma do Partido Social Democrata, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do representante do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.-----

De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**O Bloco de Esquerda** apresentou a seguinte Moção que se transcreve na íntegra:-----  
-----

**MOÇÃO:**-----

« O Poder Local Autárquico, eleito democraticamente pelos cidadãos, foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril e da Democracia, consubstanciado pelo voto directo, secreto e proporcional para os diferentes órgãos do poder local: Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.-----

Até aos dias de hoje, praticamente não tem havido no país problemas de governabilidade nos órgãos do poder local, com destaque para os Executivos Camarários.-----

A nível nacional e de acordo com o actual sistema eleitoral proporcional, 89% dos Municípios Portugueses são governados em regime de maioria absoluta, havendo apenas 11% que não são governados desta forma.-----

No entanto, a pretexto de um melhor funcionamento do poder autárquico e de uma maior estabilidade e reforço dos poderes fiscalizadores, as direcções do Partido Socialista e do Partido Social Democrata preparam-se para fazer alterar a actual Lei Eleitoral Autárquica, acabando com as listas candidatas aos Executivos Camarários. -----

---

A Câmara deixará de ser eleita pelo voto dos cidadãos e haverá apenas uma lista para a Assembleia Municipal. Depois, caberá ao cabeça de lista do partido mais votado desempenhar as funções de Presidente da Câmara, ficando automaticamente esse partido com a maioria absoluta na vereação --- mesmo que esse partido seja votado para a Assembleia Municipal por apenas mais um voto. -----

--

Tratar-se-á, claramente, de uma distorção grave da proporcionalidade eleitoral e um retrocesso na democracia representativa local. Haverá votos de primeira e votos de segunda, uns mais representativos do que outros. -----

--

O objectivo só pode ser o de bipartidarizar artificialmente as eleições locais, entre o PS e o PSD, reforçando o presidencialismo municipal e procurando retirar das Câmaras as vozes incómodas. Os votos tenderão a concentrar-se nos potenciais presidentes e a capacidade de fiscalização quase desaparece.-----

--

**Em defesa da democracia e da representatividade democrática proporcional, a Assembleia Municipal do Entroncamento pronuncia-se contra os termos em que as direcções do PS e do PSD pretendem rever a legislação eleitoral autárquica.»-----**

O Senhor Carlos Matias comenta a Moção apresentada pela sua bancada: “ Vou só acrescentar algumas ideias para justificar a apresentação desta moção.-----

-

Relativamente à Moção sobre a nova legislação eleitoral autárquica, gostaria de sublinhar e adiantar dois aspectos: o primeiro, que é o que marca de uma forma mais forte o texto que nós apresentamos, é sobre a distorção da proporcionalidade que existe na formação dos executivos municipais a ir por diante, a proposta de lei que foi apresentada na Assembleia da República, pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata.-----

--

Efectivamente, existe uma total distorção de proporcionalidade entre o voto expresso pelos eleitores para a Assembleia Municipal e depois a composição do executivo municipal. Como se sabe, segundo a proposta de lei que foi entregue, os executivos municipais passarão a sair da Assembleia Municipal, sendo que o cabeça da lista mais votada para a Assembleia Municipal, é automaticamente o Presidente da Câmara e automaticamente ficará dotado de maioria absoluta, na Câmara Municipal, aliás, uma maioria absoluta bastante reforçada.-----

-

Quero só dar um exemplo para ilustrar isto, se por exemplo no Entroncamento, um partido tiver trinta e cinco por cento dos votos expressos, outro trinta e quatro por cento, outro vinte e cinco e outras forças políticas residuais seis por cento, o partido que tenha trinta e cinco por cento dos votos, passará automaticamente a ter cinco membros na Câmara Municipal.-----

-

O partido que tiver trinta e quatro por cento, menos um por cento, terá um eleito na Câmara Municipal e o partido que tenha vinte e cinco por cento, terá um eleito na Câmara Municipal, isto é, um partido pode ter apenas um por cento a mais do que o outro, enquanto o primeiro tem cinco eleitos, o outro que teve menos um por cento, tem um eleito.-----

--

Os votos de trinta e cinco por cento, vale cinco vezes mais, do que os votos dos outros trinta e quatro por cento, isto é inadmissível a nosso ver, não consigo

---

compreender qualquer lógica política ou de representatividade eleitoral que justifique esta desproporção.-----

-

Portanto há sector muito expressivo do eleitorado que não estará na Câmara Municipal. Mas há um outro aspecto, que eu penso que vale a pena sublinhar, é óbvio que aqui existam partidos ganhadores por força da lei eleitoral e partidos que vão perder a representatividade eleitoral, evidentemente que dentro dos partidos que se pretende de uma forma puramente administrativa que ganhem, são obviamente os partidos que neste momento têm mais representatividade eleitoral, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista. Obviamente em democracia, isto amanhã pode ser de maneira diferente, há partidos que nascem e há partidos que morrem, há partidos que crescem e há partidos que reduzem a sua dimensão e portanto, democraticamente, os mecanismos devem ser criados para que a representatividade, traduza essas flutuações na vontade do eleitorado, é assim que é democrático.-----

-

Outro aspecto que vale a pena sublinhar, é que em democracia o pluralismo enriquece a democracia e portanto o facto de artificialmente, antidemocraticamente diria eu, se reduzir a composição dos órgãos autárquicos executivos empobrece a democracia, todos os cidadãos e toda a comunidade, porque é do confronto político da possibilidade de confrontar ideias, novas ideias e ideias diferentes, que em principio se geram as melhores soluções.-----

-----

Portanto, além de artificialmente de se quererem criar resultados eleitorais, é uma proposta francamente empobrecedora da democracia e que acaba por prejudicar todos e todas as cidadãs independentemente do partido em que vota.-----

Portanto, nós propomos que esta Assembleia Municipal se pronuncie contra esse projecto de lei, em que o essencial para além da roupagem em que vem embrulhada, sempre de supostas boas intenções, o essencial é de facto a composição dos órgãos executivos.”-----

--

Durante a intervenção do Senhor Carlos Matias, compareceram os Senhores Luís Grácio e Rui Bragança.-----

--

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**, para referir: “ Apelo ao poder de síntese das bancadas e pela razão de termos uma extensa ordem de trabalhos, solicitava que se resumissem ao óbvio o mais sinteticamente possível sem cortar a palavra a ninguém, como é óbvio. -----

-

Pediu a palavra a **Senhora Isilda Aguincha**: “ Relativamente a esta moção, ao contrário do Senhor Engenheiro Carlos Matias, nós pensamos que com esta proposta de lei que deu entrada no parlamento, o poder autárquico embora com alterações na forma de funcionamento dos executivos municipais, passa a ter nas assembleias um órgão reforçado, isto é, as assembleias municipais passam a ter poderes reforçados, mantendo elas sim o peso eleitoral dos diversos partidos que vão a votos e portanto, não nos parece aceitável a fundamentação que foi feita relativamente a esta moção.-----

-

É aceitável na medida de opinião, das questões colocadas por quem as coloca, no entanto, de facto com a proposta de lei que está em discussão, as assembleias municipais têm os poderes reforçados. Teremos mais trabalho obviamente, teremos maior capacidade de intervenção e temos também, uma maior garantia da

---

governabilidade dos municípios, nesse sentido o Partido Social Democrata não pode aprovar esta moção.”-----

-

Interveio o **Senhor António Ferreira**: “ A Coligação Democrática Unitária, contrariamente ao que foi dito pelo Partido Social Democrata, não concordamos com os argumentos apresentados.-----

--

Ao longo de trinta anos do poder democrático, houve vinte vezes em que foram necessárias novas eleições para câmaras municipais, dessas vinte eleições, dez tinham a maioria absoluta, portanto, não era uma questão de instabilidade.-----

Por outro lado, foram formados ao longo destes trinta anos, dois mil setecentos e cinquenta e cinco executivos camarários, só um por cento é que houve necessidade de convocar actos eleitorais.-----

-

Por outro lado, nós entendemos que o Partido Social Democrata, neste momento não está a fazer oposição, foi o pacto para a justiça e os pactos envolvem negócios e entendimentos entre partidos, agora há outro pacto, que é para as questões do poder local, para controlarem o poder político absoluto no poder local.-----

-

Se há uma questão de instabilidade e chamo a atenção para isto, vai haver do nosso ponto de vista mais instabilidade, porque as próprias funções das assembleias, vão ter a possibilidade de depor executivos, basta para isso, que três quintos dos elementos da Assembleia estejam de acordo.-----

-----

Mas isto não é difícil, porque o Presidente ao escolher entre os membros da assembleia municipal, quem quer para o seu executivo, cria clivagens mesmo dentro das suas forças políticas, o que vai criar atritos e vai poder levar a um entendimento entre todas as outras forças para depor o executivo. Esta é uma questão que tem a ver com a instabilidade, se tivermos em conta, e já aqui foi referido, da representação democrática, isto é querer na secretaria fazer maiorias absolutas, quando o povo não quer que haja essas maiorias absolutas, porque não tem absolutamente confiança em determinada força política.-----

-

Hoje em dia, no conjunto das câmaras, só se verifica neste momento, em dez por cento das câmaras, não haver maioria absoluta, isto significou que em dez por cento dessas câmaras, o povo entendeu que não deveria dar maioria absoluta a ninguém e que se sentia melhor representado nas diversas forças políticas e eles que se entendessem para resolver os seus problemas.”-----

-

Prosseguiu o **Senhor Ferreira Marques** que referiu: “ Do nosso ponto de vista, não nos parece muito bem fundamentada a argumentação deste tema por parte do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária, porque não vemos aqui nenhum atentado à democracia, não vemos reduzida a possibilidade de intervenção das forças políticas, de facto, nenhuma destas intervenções, releva a questão das assembleias municipais, que passarão de acordo com o proposto, a ter um poder acrescido, uma capacidade de fiscalização mais acentuada e uma grande representatividade dos cidadãos.-----

--

É assim que acontece nas assembleias de freguesia, que é a pessoa mais eleita presidente, porque é que aqui não pode ser semelhante, nos órgãos nacionais,

---

assembleia da república e governo também é assim. Vamos imaginar que o amigo Sócrates ia escolher para ministros um membro do Partido Social Democrata, outro do Bloco de Esquerda, outro do Partido Comunista Português, o homem não era capaz de governar, era impossível.-----

-

Fica mais governável, uma empresa, uma instituição, quando há interesses e ideologias, não há ganhos. O que se compreende a seguir ao vinte e cinco de Abril, este modelo autárquico era muito bom e continua a ser porque serviu como um elemento pedagógico, isto é, nós tivemos muitos anos sem podermos participar democraticamente nos órgãos autárquicos, o próprio povo não conhecia o funcionamento das autarquias, não estava motivado nem incentivado a participar nestas coisas, porque era tudo por nomeações e por esquemas que nós conhecemos.-----

Para se introduzir este modelo, foi tido em conta esta tradição anterior, que era de facto, a não participação dos cidadãos na vida autárquica, isto funcionou e tem funcionado muito bem, enquanto modelo pedagógico, ao fim de trinta anos, todos os cidadãos conhecem os funcionamentos da gestão autárquica, são livres de participar ou não, portanto, são atitudes completamente distintas das que se passavam antes do vinte e cinco de Abril.-----

-----

Portanto, consolidada que está a democracia, não temos que ser velhos do Restelo, agarrados a modelos que têm que ser eternos.-----

Novas realidades, novas ferramentas, novas realidades e novos modelos de gestão, a mim não me incomoda nada se assim for o entendimento dos cidadãos, de estar numa assembleia deste tipo a fiscalizar o executivo que lá estiver, não me interessa a cor que for, a questão não é essencial, o que interessa é que cumpra os objectivos que se propõe cumprir e se não os cumprir serão fiscalizados pela assembleia.-----

-

A assembleia municipal passará certamente a ter prerrogativas reforçadas e portanto nunca estará em causa a participação efectiva dos cidadãos.-----

-

Compreendo de facto que as formações políticas mais pequenas, hoje são mais pequenas, amanhã poderão ser as maiores, no contexto actual têm algumas reservas em relação a esta matéria, porque naturalmente toda a gente gostará de estar representado nos órgãos autárquicos, o processo vai continuar a ser o mesmo, a representatividade passará a ser igual nos órgãos deliberativos e portanto os órgãos executivos terão que cumprir aquilo que for aprovado pela assembleia, se não for, inclusivamente a assembleia pode usar o poder de exoneração do executivo.-----

-

Portanto, há aqui ferramentas acrescidas, não vejo do meu ponto de vista e do Partido Socialista, que haja grandes riscos para a democracia e para a representatividade dos cidadãos e nesse ponto de vista e nesta óptica, nós não podemos de facto, estar de acordo com esta proposta, embora compreendamos as expectativas que saiam de alguma forma goradas.”-----

-

Pedi a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Esta questão da demagogia nunca nos caracterizou, será demagogia quando é apregoado o reforço dos poderes da assembleia municipal, quando ao longo dos últimos mandatos, foram retirados sucessivamente pelos diversos governos esses poderes de fiscalização à assembleia municipal, quem vai acreditar nisto?-----

---

O sentido não tem sido este, será demagogia defender que as juntas de freguesia continuam a ter o seu papel nas assembleias municipais, vão-lhes ser retirados esses poderes que têm tido até agora, o poder de votar, vão ter o poder de intervir, mas aquele poder de deliberar nas assembleias municipais, esses serão retirados, isso é demagogia? -

Quanto às questões do poder desta forma a história tem-nos ensinado o seguinte: muitas vezes às forças políticas que praticam este tipo de medidas, o tiro sai-lhes pela culatra.”-----

--

Durante a intervenção do Senhor António Ferreira, compareceu a Senhora Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

-

Referiu o **Senhor Carlos Matias**: “ Ninguém aqui foi capaz de explicar, porque é que trinta e cinco por cento dos eleitores têm direito a cinco eleitos na câmara municipal e trinta e quatro por cento tem direito a um, porque esta distorção da representatividade do voto, é o nó essencial desta proposta.-----

Sobre a questão da governabilidade, o Senhor António Ferreira já explicou e explicou bem.-----

--

Sobre o argumento pedagógico, passaram trinta e três anos do vinte e cinco de Abril e parece que o povo português demorou trinta e três anos a aprender a votar, não compreendo este argumento, não me sinto habilitado a responder-lhe porque me parece tão pobre, que nem merece resposta.-----

-

Sobre a questão das juntas de freguesia, o que se passa aqui é que o presidente da junta de freguesia é o cabeça de lista mais votada para a assembleia de freguesia, mas os outros eleitos saem da assembleia de freguesia e isso não vai acontecer exactamente da mesma forma no esquema que é proposto para a assembleia municipal e câmara municipal, em que, artificialmente, é colocada uma maioria absoluta.-----

-----

Aliás, o Partido Socialista, sabe perfeitamente como é que foi, por exemplo, formada a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, portanto, não é a mesma coisa.-----

--

Depois, se sequer reforçar o poder da assembleia municipal, porque é que a câmara não sai da assembleia municipal, porque é que as coligações ou alianças não são feitas claramente e saírem da assembleia municipal, isso é que era reforçar a assembleia municipal.-----

-----

Agora reforçar a assembleia municipal quando existe uma maioria absoluta reforçada que blinda totalmente aquilo que se passa dentro da câmara criando condições para votações de moções de censura, que nem sequer são moções de censura, não são admitidas moções de censura, são moções de rejeição aprovadas por sessenta por cento, isso é que é demagogia. É obvio que não há nenhum reforço da assembleia municipal.--

-

Há um outro aspecto político que não tem nada a ver com a dinâmicas, diz aqui o Senhor Deputado Ferreira Marques, com ar piedoso, que compreende os partidos pequenos, eles são pequenos porque as pessoas votaram menos neles, isso é a democracia a funcionar, o problema é quando se pretende bloquear e asfíxiar a

---

democracia.-----

-

Pelo esquema que a direcção do vosso partido está a arranjar, com a direcção do Partido Social Democrata, os pequenos vão ser sempre pequenos, porque não os deixam crescer, mesmos que os eleitores e cidadãos queiram que cresçam e os grandes, estão automaticamente e confortavelmente acantonados, blindados em posições como se fossem sempre grandes, mesmo que façam as maiores das asneiras e que governem mal, aí é que está o problema, porque existem dinâmicas políticas eleitorais e automaticamente, ao não ter possibilidade de eleger para a câmara, fica com menos possibilidade de ser eleito para a assembleia municipal.-----

-

Portanto, por via das dinâmicas eleitorais criadas, obviamente também é atingida a representatividade na assembleia municipal, portanto argumentos desses são absolutamente insustentáveis, não têm ponta por onde se lhe peguem, o que está aqui em causa é uma manipulação do jogo democrático, é uma blindagem do jogo democrático de maneira a que ganhem sempre os mesmos de qualquer maneira, com medo de que as pessoas façam crescer os grandes.-----

-

O que vos assusta, são os Henriques Leais nas câmaras municipais, os Sá Fernandes em Lisboa e muitos deputados e autarcas da Coligação Democrática Unitária por todo o país, isso é que vos assusta e não querem, não é por acaso que a Câmara de Lisboa, reduz de dezassete para doze, confinando os números da oposição e na Câmara do Entroncamento o número de vereadores da oposição, se reduz automaticamente dos três que presentemente tem para dois, basta fazer as contas e ver quem fica.”-----

Durante a intervenção do Senhor Carlos Matias, compareceu a Senhora Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho.-----

-

Pedi a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a este assunto, só gostava de dizer o seguinte: o governo da nação também se elegem listas, há um cabeça de lista nacional e é esse cabeça de lista que forma o governo nacional, que depois é físcalizado pela Assembleia da República, se calhar, é o paralelo que temos que fazer aqui e que não está errado. -----

-

Prosseguiu o **Senhor Ferreira Marques**: “ A cereja em cima do bolo não me importo de ser eu a colocá-la e poderia dizer mesmo o seguinte: não me repugnava nada que o executivo fosse todo escolhido pelo presidente eleito, que todos os membros fossem da confiança do presidente.-----

-

Quando isto andou em discussão, sempre defendi esta posição, o executivo deve ser da confiança do presidente, seja de que cor for, a assembleia tem é que trabalhar mais, dedicar-se mais, ter capacidade interventiva, apresentar argumentos e soluções capazes de fazer de uma forma cívica os cidadãos participarem nestes órgãos.”-----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação.-----

-

## **VOTACÃO DA MOÇÃO** -----

-

A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria, com dezassete votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido

---

Socialista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, cinco votos a favor, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista.-----

-

Seguidamente o Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Proposta de Recomendação, que se transcreve na íntegra: -----

-

### **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

-

«O novo Quadro Estratégico de Referência Nacional – QREN prevê a concentração dos investimentos comparticipados pela União Europeia em projectos de valia supramunicipal, que produzam um impacto significativo no desenvolvimento económico de regiões alargadas. Só projectos de dimensão regional e nacional poderão mobilizar vontades, recolher apoios e criar dinâmicas significativas.-----

-

Por outro lado, não pode deixar de atender-se às expectativas do conjunto dos concelhos da sub-região do Médio Tejo e também a anteriores experiências negativas, como a do Centro Hospitalar do Médio Tejo, cuja implantação descentralizada criou problemas que perduram.-----

-

No plano do desenvolvimento económico e da implantação de novos projectos, importa ainda tirar partido do cruzamento das várias rotas ferro e rodoviárias. Haverá, em particular, de ter-se em conta a acessibilidade dos novos projectos ao transporte ferroviário, modo de transporte mais limpo e mais ecológico. ----- O Médio Tejo já conta com importantes infraestruturas ferroviárias, com quadros dotados de conhecimento e de experiência na sua operação, mais-valias que importa potenciar e não desprezar.-----

-----

Haverá, por outro lado, de se ter em conta a multipolaridade urbana do Médio Tejo e a necessidade de criar de novos empregos, mais qualificados, de forma equilibrada, por toda a sub-região.-----

-

O Plano Regional de Ordenamento do Território deverá, pois, prever o investimento prioritário num grande projecto com dimensão, capaz de ser um motor de desenvolvimento de toda a região, envolvendo as autarquias, o sector do ensino e os agentes económicos.-----

-

A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda que seja concentrado investimento na criação de **um Parque de Negócios para a sub-região do Médio Tejo, situado na zona central do polígono Torres Novas-**

---

**Entroncamento-Tomar-Abrantes.» -----**

-

O **Senhor Carlos Matias** comenta a Proposta de Recomendação apresentada pela sua bancada: “ A proposta que aqui fazemos é considerando que o Médio Tejo é mais do que verde e azul e que um parque de negócios é de facto uma infraestrutura para um parque de negócios moderno, apto a receber o mais diverso tipo de actividades, sobretudo actividades de ultima geração do ponto de vista económico, é fundamental para o Médio Tejo.-----

--

Pensamos que esse parque de negócios deve ser uma infraestrutura que beneficie globalmente o Médio Tejo e portanto, não cometendo o erro de outro tipo de infraestruturas, basta lembrar o que aconteceu com os hospitais, deve ser localizado de alguma forma, que beneficie por igual todo o Médio Tejo e portanto, não deverá ter uma localização periférica.-----

-

Aliás, uma localização na zona central do Médio Tejo, permitirá tirar partido da proximidade do transporte ferroviário, potenciando o transporte ferroviário como obviamente consideramos um transporte de futuro, e por outro lado, permitirá também estar mais próximo do Instituto Politécnico de Tomar, já que consideramos também, que, para o futuro o ensino superior altamente qualificante é uma mais valia da região que também deve ser aproveitada.-----

-

Portanto, valorizando todos estes aspectos, nós pensamos que se deve dar uma indicação de que, este parque de negócios que deverá ser nesta área o investimento que o QREN vai apoiar, deve ser colocado mais ou menos no centro geográfico do Médio Tejo e não uma qualquer localização periférica, que não nos parece a mais adequada.----

Evidentemente, pensamos que isto é o melhor para a sub-região e evidentemente pensamos particularmente que será o melhor para o Entroncamento, dado que permitirá articular melhor com o caminho de ferro e potenciar melhor uma mais valia que o nosso concelho tem. “-----

--

Pedi a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a esta recomendação, em termos genéricos não temos nada contra, apenas temos um pormenor que é assim: No âmbito do Plano do Regime do Ordenamento do Oeste e Vale do Tejo, já prevê um grande parque de negócios o chamado “porta norte” que vai ser desenvolvido nas intenções para já, no eixo Alcanena-Torres Novas-Entroncamento-Barquinha, portanto, na proximidade da A/vinte e três.-----

--

Parece-nos que este documento ao concretizar, muito especificamente Tomar e ignorando outros concelhos do Médio Tejo, pode de alguma forma colidir um pouco com essa proposta, por um lado, por outro lado, há uma proposta mais abrangente que não só para o Médio Tejo, mas para o Vale do Tejo e Oeste e que de facto está direccionada para a nossa região no fundo, as coisas coincidem, embora aqui com algumas alterações.-----

-

Portanto, gostava de colocar ao Bloco de Esquerda a questão, se é possível reformular não no sentido de mudar a vossa proposta, mas permitir que esta proposta seja enquadrável, naquilo que são as perspectivas que no fundo vêm ao encontro desta

---

proposta, mas de uma forma mais abrangente.”-----

-  
Respondeu o **Senhor Carlos Matias**: “Eu percebo as preocupações da Doutora Maria Isilda e acho que ela as colocou bem.”-----

-  
Ao contrário de outros textos que o Bloco emitiu, nós não precisamos exactamente onde é que a localização deve ser feita. O que achamos, noutros textos que nós emitimos, especificávamos de uma forma mais precisa qual era o local.-----

-  
Evidentemente, que sem estudos mais fundamentados, efectivamente não faz sentido estar a dizer se é mais aqui ou ali, de qualquer das formas há uma questão que para nós é o essencial, é que deve ser na zona central do polígono.-----

-  
Efectivamente, não é a mesma coisa que o projecto da “porta norte”, pensamos que não é a mesma coisa e é contraditório.-----

-  
Portanto, nós dizemos que deve ser feito numa zona central, não nos parece que o projecto da “porta norte,” que se pensa que será localizada na zona de Alcanena-Torres Novas, é uma localização que é menos vantajosa do que aquela que nós aqui sugerimos.-----

--  
A Doutora Isilda não o fez, mas poderia tê-lo feito, poderá deduzir-se que a proposta já é um pouco extemporânea, nós não consideramos assim, pensamos se o PROT, neste momento é aberto às localizações do aeroporto, que é uma infraestrutura muito mais pesada e que está dependente, a sua configuração final do PROT daquilo que for a futura localização do aeroporto, mais facilmente se realociza ou prevê uma outra localização para um parque de negócios do Médio Tejo.-----

-  
Pensamos, que efectivamente, localizar um parque de negócios onde ele está neste momento apontado, Torres Novas-Alcanena, vai beneficiar outras zonas e vai beneficiar menos o Médio Tejo. Efectivamente o que se propõe aqui, é uma localização alternativa que nos parece mais vantajosa.”-----

-  
Pedi a palavra o **Senhor Ferreira Marques**: “ Nós sabemos que há outra gente a mexerem por aí, digamos, a puxar a brasa à sua sardinha, e compreendemos de facto esta proposta do Bloco de Esquerda, porque trás de facto preocupações que nos podem fazer movimentar também, de podermos puxar a brasa à nossa sardinha, o que pretendo dizer, é que havendo um conjunto de movimentações e de interesses em jogo.-----

Esta região tem características muito específicas e que são referidas no documento, o que de facto para a região traria vantagens acrescidas e portanto a nós não nos repugna nada aprovar esta recomendação.-----

-  
O **Senhor António Ferreira** referiu: “ Nós estamos a favor da ideia, embora, por aquilo que tem acontecido no passado, temos que ver a história deste projecto e deste tipo de iniciativas.-----

--  
Houve em tempos entre Entroncamento-Torres Novas-Golegã, um projecto de estudo para uma implantação nos Riachos, perto onde está actualmente a Agromais. O projecto nunca andou para a frente, Torres Novas avançou, o Entroncamento nunca se empenhou muito, a Golegã também não se empenhou e as coisas não funcionam muitas

---

vezes, por uma questão de bairrismo. -----

-

Enquanto não houver uma regionalização, enquanto não houver poderes suficientemente fortes, em termo de regionalização uma representatividade, nós sabemos hoje que apesar das boas vontades dos diversos autarcas na Comunidade Urbana, que é quem poderia dinamizar um tipo deste de iniciativa, há sempre a tendência de puxar para o seu concelho as vantagens de um projecto destes e aí surge as discordâncias entre os diversos concelhos.-----

-

Em Portugal, as soluções intermunicipais, este tipo de soluções regionais, nunca foram para a frente por causa dos bairrismos e perderam-se muitas oportunidades nos últimos anos por causa disso. -----

-

A única solução que há para isto e penso que muita gente do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, já está convicta da necessidade na regionalização, na necessidade de haver outra organização territorial entre o estado central e as autarquias, uma organização que permita o desenvolvimento integrado e sustentado em termos dos diversos concelhos.-----

-

É evidente que estamos de acordo com esta proposta, agora, é mais uma proposta, é mais uma ideia que não se vai concretizar, até se pode implementar, mas nunca vai muito para a frente se não houver condições jurídicas e administrativas em termos regionais para implementar.”-----

-

Não havendo mais pedido de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta de recomendação à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de freguesia de Nossa Senhora de Fátima.-----

--

Pedi a palavra o **Senhor Ferreira Marques**: “ Antes de terminar o período de antes da ordem do dia, queríamos fazer uma análise sintética sobre um conjunto de questões que nos parecem pertinentes e sobre as quais faremos uma pequena reflexão.---

Fazendo uma análise muito sintética ao ano dois mil e sete, permite-nos concluir que existem razões de sobra para estarmos muito preocupados.-----

-

Na verdade, conseguimos identificar sinais claros em todos os actos de gestão de que estes se pautam pela não satisfação dos interesses dos munícipes, mas sim, obedecendo a uma estratégia claramente eleitoralista. -----

-

Foi claramente uma gestão de fogachos e sem perceberem que estavam a fazer coisas sérias, criaram um arraial político, onde criaram as condições para que os foguetes lhes rebentem nas mãos.-----

-

As obras efectuadas sistematicamente, não cumpriram os prazos contratados nem os custos adjudicados, uma vergonha. Em qualquer organização empresarial séria

---

e competente, a gestão já tinha ido a banhos.-----

-

O projecto cultural foi uma pobreza franciscana, não há memória de um projecto tão pobre em quantidade e qualidade, na obstante a Câmara ter contratado um técnico bem remunerado e o resultado foi o que se viu. A Câmara preferiu dispensar os serviços de técnicos pertencentes aos quadros da Autarquia, técnicos experimentados e inclusivamente a dispensa de vereadores com provas dadas.-----

-

O que vemos, é mais do mesmo, esbanjamento em cima de esbanjamento e os cidadãos a pagar.-----

-

Propusemos a atribuição de nomes relevantes para o Centro Cultural e Estádio de Futebol e o que se viu, foi na base do arrazoado de argumentos esfarrapados. O Partido Social Democrata, inviabilizou actos, que seriam atitudes simbólicas de grande importância. -----

-

O Monumento ao Ferroviário arrasta-se penosamente.-----  
As dividas à ADSE não param de crescer.-----

-

A obra do edifício do Banco, aqui ao lado, arrastam-se sem qualquer fim à vista, uma autêntica tormenta, os custos daquela, são incomensuráveis, quem ganha com isto tudo, é garantidamente o Banco. Se verificarmos bem, as beneficiações efectuadas no edifício, trazem certamente uma valorização do património particular e quanto aos benefícios públicos, nada.-----

-

O endividamento da Câmara está a comprometer o futuro da cidade. Compromissos financeiros assumidos a prazos de duas décadas, tornam insustentável o futuro.-----

--

O orçamento para dois mil e sete, já foi alvo de onze alterações, é caso para dizer, uma por mês.-----

-

Não há palavras para descrever isto. No que concerne ao planeado para o futuro deixa-nos bastante apreensivos, são propostas completamente irrealistas, irrealizáveis e são claramente propostas de campanha eleitoral, não obedecem a qualquer plano estratégico de evolução da cidade, tanto no plano de qualidade de vida dos cidadãos, nem no desenvolvimento sustentado da criação da riqueza suportada para uma economia local estruturada e consolidada.-----

-----

Continuamos, com o mesmo do mesmo, ou seja, com a política do betão.-----

Estamos a ser ultrapassados pelos nossos vizinhos, o futuro apresentasse-nos negro e nós cá estaremos para lhe dar cor, contem connosco.”-----

Interveio o **Senhor Pato das Neves**, que referiu: “ Por nota 208407-G3-15 o Senhor Presidente da Câmara, com a modéstia que todos lhe reconhecemos, informou a Assembleia Municipal a propósito dos gastos da Autarquia em comunicações móveis e que transcrevemos “...como se pode verificar pelos duzentos e dez mil e noventa euros para despesas em chamadas de telemóvel do nosso Primeiro Ministro em dois mil e seis...”-----

--

---

Claro que já nessa altura informamos que esse número era uma falácia só possível por má fé e por uma capacidade de análise matemática muito fraquinha o que aliás nem é de estranhar.-----

-

Contactamos o Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e fomos informados que em dois mil e seis o Primeiro Ministro, assessores, secretariado e os serviços de pessoal asseguram o funcionamento da Residência Oficial do Primeiro Ministro designadamente os serviços de apoio, Administrativo, Correspondência e Arquivo, pessoal auxiliar, motoristas e ainda pessoal da segurança de pessoas e instalações foi de duzentos e quinze mil trezentos e trinta euros.-----

-----

Assim sendo a informação do Senhor Presidente da Câmara para além de ter comparado o incomparável e de ter tentado de forma atabalhoada e pouco honesta justificar o injustificável, falta à verdade o que é grave, muito grave, na medida em que envolve uma alta figura do Estado português.-----

-

Queria ler o seguinte documento: -----

-

Na sessão da Assembleia Municipal de trinta de Abril de dois mil e sete a bancada do Partido Socialista pediu através da Mesa que o Executivo lhe fornecesse os seguintes elementos:-----

--

Edifício edificado na Rua Engenheiro João Carlos Castro Reis.-----

-

Solicitava ser informado em que condições podem ser autorizadas construções com mais de quatro pisos.-----

-

Quais os fundamentos legais para não fornecimento de cópias áudio das sessões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.-----

-

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a bancada do Partido Socialista constata que apenas foi respondido, e de forma não satisfatória, o ponto 3. Aos outros pontos a Câmara Municipal nada disse o que a nosso ver representa um desrespeito inadmissível pelo órgão máximo da autarquia. Assim e dado que o Senhor Presidente não consegue uma resposta da Câmara Municipal para fornecer à bancada do Partido Socialista iremos recorrer a outras vias para as obter.” -----

-

Referiu o **Senhor Presidente da Assembleia**: “ Chegou ontem à Assembleia, não houve tempo útil para lhe comunicar, tenho aqui a resposta, se quiser verificar no fim da Sessão terei todo o gosto e lhe ceder.”-----

-

Pediu a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Queria só fazer duas observações em particular, não vou contestar o discurso do representante do Partido Socialista, sobre o que foi o ano de dois mil e sete do Município do Entroncamento. -----

Vou-lhe lembrar apenas, que de facto em relação à cultura, goste-se ou não se goste os inventos que aconteceram, foram na opinião da generalidade das pessoas com quem tenho falado, eventos com qualidade, que tiveram casa cheia e que encheram a alma de muitos daqueles que nele participaram.-----

---

Portanto, parte significativa desses eventos, aqueles que tiveram maior dimensão, tenho alguma satisfação em poder dizer que de facto a cultura nestes últimos tempos no Entroncamento, encheu a alma muitos daqueles que acorreram às actividades promovidas pelo Município, com a concordância ou não do técnico, ou dos técnicos dos serviços, no passado também tivemos muitos eventos com muitas coisas, com muito dinheiro mal gasto em que eram os técnicos do Município que promoviam os eventos e chegávamos ao fim e tínhamos lá meia dúzia de pessoas dentro.-----

-  
Neste momento, com este Executivo as coisas mudaram um pouco, para desagrado de alguns, para agrado de muitos outros.-----

-  
Relativamente às obras municipais, em relação a dinheiro as coisas estão um pouco atrasadas, em termos de Quadro Comunitário.-----

-  
O Governo nacional não andou à velocidade que era suposto e portanto, houve limitações que o Município tem tentado obviar, em que a diligência do Senhor Presidente da Câmara e da equipa que o acompanha, tem tentado obviar e que, nalgumas situações não permite ao Executivo, avançar com o trabalho e as obras que gostaria de ver prontas tão rapidamente quanto possível. -----

-----  
De qualquer modo, os Senhores sabem, é visível que a obra do Banco, que não é do Banco, é a futura Divisão de Obras, está concluída e apenas não está funcionável porque é suposto ser certificada através de uma empresa de certificação da parte eléctrica, a qualidade das instalações, isto é, não se colocam pessoas a trabalhar dentro do edifício Municipal sem estarem validadas as condições de segurança e de qualidade dentro do edifício e é essa situação, que ao que sei vai estar pendente o início da actividade daquele espaço, já não é questão de obra, é uma questão de validação da qualidade daquilo que está feito. -----

-  
Relativamente a outros tipos de investimento que não são visíveis, fomos muito condicionados pelo Quadro Comunitário e como sabem, já houve uma quantidade significativa de obras que foram lançadas para investimentos na área do Município, outras serão lançadas no início do ano.-----

De qualquer modo, relativamente a essa parte, eu não vou alongar-me agora e se assim o entenderem, poderemos ver na proposta do orçamento e plano plurianual de investimentos, que me parece será mais adequado falarmos nela nessa parte.” -----

-  
**O Senhor António Ferreira** referiu: “ Por momentos pensei que já estivéssemos no ponto a seguir, de facto o Partido Socialista avançou com esta questão, tirou-nos um bocado de tempo para estes assuntos. -----

Nós temos aqui algumas questões a levantar, eu vou levantar algumas e o meu camarada José Luís, outras.-----

--  
Começo pela questão do PIDDAC, o PIDDAC é uma fonte de financiamento para as populações locais, permite uma determinada justiça em termos de distribuição da riqueza a nível a nacional.-----

-  
Em sede de discussão do Orçamento de Estado para dois mil e oito, no âmbito do PIDDAC, os deputados do Partido Comunista Português, apresentaram uma série de

---

questões relativas ao concelho do Entroncamento, nomeadamente a questão do Museu Nacional Ferroviário do Entroncamento, com um reforço de duzentos mil euros, a conservação e remodelação do Cine-Teatro São João do Entroncamento com trinta e cinco mil euros para o projecto, o alargamento e remodelação do Centro de Saúde do Entroncamento com um reforço de verba de cem mil euros e o projecto de construção do Centro de Convívio da Zona Sul duzentos mil euros, quando os nossos deputados nos comunicaram os factos que ocorreram na Assembleia da República, na altura da discussão da introdução destas verbas.-----

-

Se tínhamos a ideia do passado, que seria muito difícil juntar todo o entendimento de todas as forças políticas para aprovação destas verbas, surpreendeu-nos enormemente aquilo que aconteceu com o Centro de Saúde, em que, o Partido Comunista Português e Bloco de Esquerda, ficaram sozinhos nesta votação e tiveram oposição do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Centro Democrático Social.-

Esta surpreendeu-nos de mais, porque até tinha havido algum entendimento na Assembleia Municipal, no sentido de influenciar os nossos deputados regionais para não se esquecerem desse problema na Assembleia da República.-----

-

Chamo a atenção de uma questão que devemos estar muito atentos, penso que o Senhor Presidente da Câmara já foi consultado para isto. Há neste momento, uma situação bastante avançada no sentido dos agrupamentos dos Centros de Saúde para a região, vão ficar dois agrupamentos de Centro de Saúde na zona sul do distrito, um em Almeirim e outro em Santarém e na zona norte do distrito, vão ficar também dois, um em Constância e outro em Torres Novas, chamo a atenção para isto, não se esteja a preparar golpe a nível dos Centros de Saúde e o nosso seja desqualificado para uma forma de extensão do Centro de Saúde principal e daí, talvez este adiamento das obras no Centro de Saúde do Entroncamento.-----

-

Temos que estar atentos, gostaria de alguma informação, se a Câmara foi consultada, qual tem sido o entendimento com a ARS.-----

-

Outra questão que queria levantar, penso que é o Casal Formigão, na urbanização entre a Coferpor e o mercado semanal, foram aí colocadas vedações em que os municípios do Entroncamento já estavam a utilizar regularmente, aquilo que nós pensávamos que era domínio público, de repente transformou-se numa quinta. -----

Convém ver esta situação, porque está a criar alguns incómodos, a pessoas que já se tinham habituado a passar por lá.”-----

-

Pedi a palavra o **Senhor José Luís**: “ A Coligação Democrática Unitária, através dos seus eleitos locais, fizemos visitas locais na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, nomeadamente a parques infantis, locais de lazer e espaços verdes e a situação que encontramos foi preocupante, o estado de degradação daqueles equipamentos.-----

Sobre estas questões que levantámos, a Câmara teve a amabilidade de nos responder, que confirmaram as nossas afirmações e aquilo que nós vimos no terreno.----

Penso que a Câmara deve seguir outra política, criam-se as infraestruturas e depois deixam-se chegar a uma certa degradação que não se justifica, que são eliminados os parques infantis, para não se fazer a manutenção daquelas áreas.-----

-

Outra questão que também nos preocupa, são os cães vadios que circulam pela nossa cidade, são dezenas e dezenas, que de certeza não têm as vacinas e que alguns

---

atacam as pessoas, eu já fui atacado por um cão mesmo em cima da bicicleta que me mordeu, outro senhor que conheço foi mordido e rasgaram-lhe as calças.-----

Penso que é necessário actuar neste sentido e agora com o canil intermunicipal podemos resolver o problema e a Câmara também já podia ter atenuado esta questão se cumprisse com a Lei dos cães.-----

-

Outra situação que eu vi e tenho muitas preocupações pela segurança, nomeadamente das crianças, na escola número um, os bancos que estão no parque de recreio têm completamente as tábuas deterioradas em que as crianças se podem magoar com alguma gravidade.-----

--

Também na mesma escola e já levantei esta situação várias vezes, porque é necessário criar um parque de estacionamento de apoio àquela escola e é possível. São centenas de carros que chegam ali quase à mesma hora, não há estacionamento e coloca em perigo a segurança das crianças ao sair dos carros e naquele parque que tem uma área suficiente para se fazer um estacionamento em espinha de apoio à escola, penso que a Câmara devia pensar seriamente nesta questão, uma vez que está pensada a requalificação daquela escola, seria a altura própria para se resolver aquele problema.”

-

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao público.-----

-

Não havendo ninguém do público que quisesse intervir, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos.-----

--

## ORDEM DOS TRABALHOS

### PONTO NÚMERO UM

-

### ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E OITO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE DOIS MIL E OITO-DOIS MIL E ONZE.

Pediu a palavra o **Senhor Mesquita Domingues**: “ Sobre este documento, gostávamos de ter alguns esclarecimentos:-----

--

Na página dois é referido o seguinte: Para as despesas de capital vão ser gastos 13.967.807 euros, esta parcela resulta da soma de 13.114.384 euros que estava identificada, corresponde ao plano plurianual de investimentos, mais uma outra parcela de 853.423 euros, esta parcela, sinceramente não consegui identificar, de aonde é que ela vem, só aparece o total e portanto gostava de ser esclarecido.-----

-

Por outro lado, na página três aparece-nos um quadro em que são somados as parcelas PPI mais uma parcela de AMR, o que totaliza 15.184.633 euros, pergunto o que é que representa este valor.-----

-----

No nosso entender, AMR (Actividades Mais Relevantes) quanto a mim, deveriam ser parte do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e não algo mais de investimento, aliás, as contas não têm em conta essa soma.-----

-

Portanto, as Actividades Mais Relevantes, no nosso entender, seriam parte do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, as páginas seis e sete deveria haver alguma

---

conexão entre elas.-----

--

Se as Actividades Mais Relevantes são parte do Plano Plurianual de Investimentos, vejo aqui alguma desconexão entre estes dois mapas, porque no PPI, no objectivo um – Funções Gerais Administração Pública, são apresentados dois programas, programa um e programa dois, depois passa para Actividades Mais Relevantes, um programa três – Protecção Civil e Bombeiros que não faz parte do Plano Plurianual de Investimentos, não percebo esta ligação.-----

-

De formos por exemplo às funções sociais, aparece o programa um – Educação/ Ensino não Superior com uma verba de 1.249.601 euros no global, depois para as Actividades Mais Relevantes passam apenas 25.174 euros, pensamos que são valores que não têm nada a ver uma coisa com a outra.-----

-

Há outras discrepâncias entre estes dois quadros que são bem significativos, por exemplo nas Actividades Mais Relevantes, aparece um programa dez – Serviços Culturais, Recreativos, Religiosos, Outras Actividades Cívicas, com 657.767 euros, se no Plano Plurianual de Investimentos o programa dez – Centro Cultural, com 9.415 euros, qual é a relação que existe entre estes dois quadros.-----

-

Sobre os objectivos que são propostos nesta proposta de Orçamento e Grandes Opções, entendemos que se trata de uma proposta extremamente irrealista, porque entendemos que não é possível realizar as obras que aqui estão proposta, apesar do plano de financiamento que é apresentado já no final, estes valores são extraordinariamente exagerados.-----

-

Para que fosse possível realizar estas obras, seriam necessárias receitas de capital de cerca de catorze milhões de euros. Quando analisamos as contas referentes ao ano corrente, quer aos anos anteriores, verificamos que as receitas de capital são inferiores a quatro milhões de euros, portanto, para concretizar todas estas obras, o que iríamos verificar é que, teríamos mais endividamento da Câmara.-----

-----

Nós entendemos que deve ser feita uma planificação de investimentos, que tenha em conta as reais capacidades financeiras da autarquia e de modo a não aumentar a dívida já existente e se possível procurar reduzi-la.-----

-

Porque entendemos que não se verificam os pressupostos mencionados, iremos votar contra esta proposta de orçamento.”-----

--

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Antes de tecer alguns comentários sobre o orçamento aqui apresentado, temos algumas dúvidas que gostávamos de ver esclarecidas e só depois é que estamos em condições de fazermos os comentários.-----

-

Uma delas tem a ver com a dotação de 10.800 euros – Correspondência das Grandes Opções do Plano, está na página noventa e quatro, esta questão do Trendirivir.-

Depois há uma rubrica de 21.000 euros para a Fábrica da Igreja Paroquial da Sagrada Família, gostava de saber exactamente a que se destina.-----

A seguir há a Concessão de Estacionamento – Software – Leasing, aqui não é só um esclarecimento é bem claro, mas é mais em comentário que é o seguinte:-----

---

Nas concessões que estão a ser feitas o investimento é público, a apropriação dos lucros é privado, por vezes há para aí uns maus negócios, que depois se reflectem nos orçamentos e apresentação de contas, portanto, é preciso ter em conta todo esse tipo de negócios que são feitos. -----

-----  
A Aquisição de Terrenos, uma rubrica de 125.000 euros não sei exactamente do que se trata.-----

-  
O prolongamento da Rua Companhia Divisionária – Troço entre as Ruas Amílcar Cabral e Brito Capelo, uma rubrica de 120.000 euros, aqui está mais um investimento que está a ser feito pela Câmara, de um mau negócio que foi feito no passado e que se vai perpetuar durante muitos anos, em que a Câmara tem que assumir elevados custos. –

O Plano Director Municipal de Saneamento Básico, tem somente 100 euros, não sei se há alguma fonte de financiamento para isto.-----

-  
Há aqui a aquisição de uma moradia na Rua Dom Nuno Álvares Pereira, com 205.000 euros, quase sei do que se trata, trata-se do alargamento do Cine-Teatro São João, mas gostava de alguns esclarecimentos sobre isto.-----

Depois há um projecto de construção do novo posto, é assim que vem, será posto será esquadra, eu penso que é esquadra, mas gostava de ser esclarecido.”-----

-----  
Pedi a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a este documento, já foram feitas algumas observações ao mesmo.-----

-  
Não deixa de ser curioso ouvir da parte do Partido Socialista, que este orçamento é irrealista, quando se perspectiva um investimento de catorze milhões de euros.-----

Como sabemos estamos a entrar ou já deveríamos ter entrado, no novo Quadro Comunitário e o Entroncamento e outros concelhos, terão agora uma última oportunidade para, de algum modo, aproveitar Fundos Comunitários para investir em áreas que nós ainda não conhecemos, mas para investir a favor da população.-----

-  
Obviamente que, para isso, tiveram que ser encontrados projectos de acordo com as necessidades ou com as perspectivas e as vontades do concelho e houve que encontrar recursos para esses projectos para que o orçamento seja equilibrado, podem passar por venda de terrenos, podem passar pelo endividamento dentro dos plafons legais, podem passar por várias coisas quando se cria ou se faz o documento formal, que é o orçamento e plano plurianual de investimentos, para depois virem a ser ajustados de acordo com a disponibilidade dos tais Fundos Comunitários, de que todos estamos à espera.-----

-  
Portanto, o ser irrealista também não será propriamente verdade, porque o que está aqui a ser feito, é abrir portas para que consigamos levar a bom porto investimentos, alguns deles já estão lançados, alguns deles já estão em execução, outros virão a sê-lo brevemente, conforme poderá ser verificado neste documento, e que, serão depois compensados em termos financeiros com as participações comunitárias, que esperamos venham a ser consignadas de acordo com as perspectivas que todos os municípios têm, cada uma para o seu município.-----

Questões de dividas, é evidente que tem havido alguma preocupação por parte do Município do Entroncamento, em salvaguardar recursos para o município e dinheiro

---

para investimento.-----

-

Como é sabido, foram alienados alguns lotes de terreno e havia um compromisso do Senhor Presidente da Câmara, de que, qualquer alienação de bens, terrenos ( os tais lotes) visaria o investimento municipal e está a ser salvaguardada essa situação, isto é, aquilo que foi dinheiro arrecadado da venda de terrenos, vai ser usado como almofada para o investimento que há-de ser feito e para o qual, ainda não temos luz verde de o que é que vai ser apoiado.-----

-----

Nessa perspectiva, a preocupação que há, é encontrar meios para superar algumas dificuldades que vão surgindo e para se conseguir fazer no Entroncamento aquilo que durante muitos anos não foi feito, aproveitar todos os tostões e desculpem-me a expressão mas é mesmo todos os tostões, para beneficiar o concelho.-----

Relativamente a outras questões que foram colocadas, não vou referir-me a elas, porque penso que há aqui uma série de questões, que são de carácter técnico e sobre essas matérias não vou sequer dar respostas, embora deva referir que há matérias que são declaradas em plano plurianual de investimento e há outras que o são nas actividades mais relevantes.-----

-

A observação em relação às onze alterações orçamentais, eu entendo-a, mas de facto, tomara todos os municípios desta País, conseguir chegar ao final de um ano civil, apenas com esse número de alterações orçamentais.-----

-

Relativamente ainda a este documento, considero importante referir, que ele reflecte uma grande aposta na educação e também um significativo investimento na cultura, a cultura tantas vezes dita com sendo um parente pobre, lamentavelmente ainda ninguém referiu que vai haver uma dotação significativa para a cultura.-----

-

Também está na plano de investimentos um conjunto de investimentos ao nível das infraestruturas e da qualidade dos espaços onde nós vivemos e queremos continuar a viver, nomeadamente arruamentos, algumas coisas que não se vêm mas que vão ser feitas, porque uma das apostas que o executivo está a realizar, é, não vamos apenas alcatroar ruas, vamos fazer ruas, mas por baixo vamos fazer as infraestruturas necessárias, para que daqui a um ano não estejamos a fazer buracos para arranjar um esgoto, ou a fazer buracos para meter um telefone, ou outra coisa qualquer.-----

Portanto, este projecto de trabalho enquadra também o investimento, com a perspectiva de não ser investimento apenas para se ver na altura e depois se perder, porque terá que se fazer logo a seguir outro, é também um dado que me parece importante assinalar.”-----

-

Interveio o **Senhor Luís Grácio**: “ O presente orçamento, em nada difere dos anteriormente apresentados pela maioria do Partido Social Democrata, que dirige a Câmara, mantendo o adiamento de intervenções inadiáveis no tecido urbano da cidade, para as quais temos vindo a alertar e a propor soluções, algumas das quais foram aprovadas por unanimidade, como por exemplo a proposta estruturantes para a habitação social e que até agora não teve qualquer alteração, nem previsão que se pretenda fazer algo.-----

Cabe aqui perguntar, que tratamento têm as decisões camarárias.? As soluções propostas pela oposição e votadas por unanimidade, são só para ficar no

papel?-----

--

Os problemas existem e não se podem escamotear, portanto, perante propostas exequíveis e necessárias, mal ficaria ignorá-las, pois voltariam a surgir mais tarde ou mais cedo. Logo o que há a fazer é aceitá-las e nada fazer para as por em prática, dá-se um “ar democrático” e empurra-se o problema para o esquecimento. E assim se vai dando um ar de democrática aceitação se sugestões de outrem, mas no fundo o que se vai praticando é um percurso autoritário em que as decisões mesmo as assumidas colectivamente, são aplicadas consoante são os proponentes.-----

Todavia à oposição consequente, resta não deixar esquecer que existem alternativas viáveis e mais assertivas para o governo da cidade.-----

-

Assim fomos propondo outras formas de ver as receitas e as despesas, tendo apresentado, em sede e tempo próprios alternativas para o que de facto mexe com o sentir e as preocupações dos nossos concidadãos, a saber: -----

-

Fizemos propostas relativamente ao IMI, desonerando os orçamentos familiares e tornando este imposto um imposto mais justo e equitativo; -----

Também relativamente à derrama procuramos que esta fosse mais equilibrada, apresentando uma solução progressiva, escalonada, que tivesse em conta a real situação económico-financeira das unidades empresariais do concelho. -----

O presente orçamento, poderá ser considerado, o orçamento e plano de actividades do alcatrão, pois é neste domínio que estão previstas as maiores verbas de investimento, € 5.873.653,00. A par desta evidência são continuamente adiadas outras promessas: -----

-----

Continua adiada a casa da juventude, que de mandato para mandato é agitada como bandeira de propaganda, somente para caçar votos; -----

-

Continua adiada a biblioteca, que igualmente não passa do papel; -----

Continua adiada a requalificação do Cine-Teatro S. João, que é mais uma bandeira de propaganda; -----

-

Etc., etc.....-----

--

Não podemos deixar de verificar que ao nível dos espaços verdes, mais de metade das verbas de investimento previstas, são investimento em infra-estruturas desportivas, o que convenhamos será no mínimo uma classificação algo destorcida, pois também no domínio dos espaços verdes para lazer muito há a fazer. -----

Queremos realçar a intenção da realização do desvio da Ribeira de Santa Catarina, obra sucessivamente adiada e que tem sido apontada como solução para alguns dos graves problemas de saneamento do concelho. Não se compreende porque não existe uma frase acerca da nova ETAR, esta que é absolutamente necessária e incompreensivelmente vem sendo adiada.

São claras e publicamente assumidas as diferenças de política e governo que propomos para o Entroncamento, os caminhos alternativos que temos vindo a propor coloca-nos nos antípodas dos pressupostos do presente orçamento e plano de actividades, assim em consequência iremos votar contra. -----

Foi concedida a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que referiu: “ Entendo que estes assuntos deve ser colocados em reunião da Comissão Permanente,

---

estamos aqui a falar de coisas técnicas, que eu não estou em condições de falar sobre elas, um ou outro esclarecimento estou em condições de tentar responder atendendo à forma como foi posta.-----

-

Quando se fala aqui de concessão de investimento público, abrimos um concurso para concessão do parque de estacionamento, que as verbas passarão a ser para o município e para a empresa a quem foi concessionada, evidentemente que teria que ser assim, a ideia não é para que venha para cá uma empresa trabalhar.-----

-

A aquisição de terrenos, tem que vir aqui, comprámos noventa e três mil metros de terreno e tem que constar no orçamento para ser pago, mais os terrenos com o alargamento do cemitério, mais um que está a decorrer com um processo de expropriação e outros terrenos que eventualmente poderemos comprar na Rua primeiro de Maio, quando estiver o processo de expropriação resolvido.-----

-

O Plano Director de Esgotos, a Câmara Municipal do Entroncamento mandatada pela Assembleia Municipal, está a tratar do assunto junto das Águas do Centro, num passado recente foi votado contra, nem que seja com as Águas do Centro ou não, é preciso que se faça o desvio da Ribeira de Santa Catarina. Perdemos muito tempo, que era precioso para nós, mas neste momento começam as negociações, ainda não houve a integração da Barquinha, Entroncamento, Sardeal e Mação, o Partido Socialista teve que resolver o problema com a Câmara de Castelo Branco, dada a dívida que havia em relação às Águas do Centro, neste momento acho que está mais ou menos resolvido.----

Tudo se perspectiva para que comece a ser devidamente analisado e estudado, por imposição do nosso Governo, que a baixa passe também a ser visada nesse sentido, porque nós se quisermos candidatar neste momento a sistemas de águas, não podemos porque o QREN, está previsto e só os sistemas intermunicipais é que se podem candidatar. -----

--

Em relação à aquisição de uma moradia que está junta ao Cine-Teatro São João, pensou esta Câmara que era fundamental, fazer um esforço e adquirir aquele edifício, para que possa vir a ter outro tipo de condições e muito particularmente de acesso ao palco, que neste momento não tem acesso de modo algum.-----

-

Perguntou-se qualquer coisa sobre 42.000 euros, quero dizer que esse assunto está aqui em orçamento, porque era o pagamento do resto do Posto de Turismo, está aqui mas está completamente pago, já foi pago durante o mês de Dezembro.”-----

-

Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ Não concordo com algumas afirmações que foram feitas aqui sobre o orçamento.-----

Acho que os orçamentos que têm sido feitos nos últimos anos, são um bocado diferentes daqueles que eram feitos à três mandatos atrás, que eram feitos em cima do joelho, embora houvesse mais participação por parte da oposição, só que, muitas vezes não eram atendidas essas preocupações das outras forças políticas.-----

-

Em relação à dívida aqui levantada, há de facto uma melhoria em termos da estrutura da dívida, não temos dúvidas nenhuma em relação a isso.-----

-

A dívida no passado e quem se lembra, uma vez fez-se um empréstimo de um milhão de contos para saneamento financeiro da Câmara, que a situação era lastimosa,

---

neste momento não vamos no milhão de contos, ou seja nos cinco milhões de euros, mas tem que haver alguma preocupação com essa área.-----

-

Não admite de forma alguma, que se levante a questão das dividas a médio longo prazo, porque essas dividas são da responsabilidade de todos nós.-----

-

Em relação a outro tipo de dividas, nós podemos colocar tudo o que quisermos e temos legitimidade para isso e na nossa posição de Coligação Democrática Unitária, é que a Câmara Municipal do Entroncamento podia ter ido mais longe, podia ter planeado neste últimos dois anos uma redução drástica em termos de divida, houve outras Câmaras que o fizeram, nós funcionamos muito nesta base, foi tentar diminuir a divida, mas não fizemos um plano para redução dessa divida.-----

-

Este plano está muito centrado na questão das receitas, aliás, já agora voltava um pouco atrás, a questão da divida diminuiu e teve a ver essencialmente com o aumento drástico em termos de impostos indirectos e directos, veja-se o IMI, houve um aumento de mil novecentos e noventa e sete para dois mil e sete, em dez anos, de quase o triplo daquilo que se pagava em mil novecentos e noventa e sete, portanto, os aumentos têm sido drásticos e isso tem pesado sobre os rendimentos das famílias, não é só o pesar sobre os rendimentos das famílias, não há desagravamento dos outros impostos que as pessoas pagam ao Estado, antes pelo contrário, tem havido um agravamento.-----

Em relação à estratégica para a área económica do concelho, é um bocado pobre, penso que a Câmara fazia muito bem, fazer um debate concelhio com todas as forças vivas do concelho, no sentido de arranjar mais algumas ideias daquilo que será o futuro do Entroncamento, é evidente que não podemos ter industrias pesadas, nem poluidoras no concelho, mas tem de haver uma nova estratégica para o Entroncamento que não se centre no comércio, o comércio neste momento está em crise e tem a ver com uma questão que a Coligação Democrática Unitária sempre levantou, se não houver uma base económica forte, que era no passado a ferrovia, é evidente que o comércio tinha tendência a desaparecer, se tivesse mantido essa base económica forte que era os dois mil operários na EMEF e um peso enorme no sector ferroviário no Entroncamento, aí o comércio tem pernas para andar, era forte, em que era conhecido o Entroncamento como centro comercial de toda a zona norte do distrito e isso perdeu-se porque não há uma base de sustentabilidade.-----

-----

Em relação à declaração, já estamos em condições de a fazer, apresentava a declaração por escrito, no entanto só referia um ou outro aspecto que ainda não referi, que tem a ver essencialmente, com a necessidade de planear e de ter em conta com os últimos três trimestres deste ano, nós já temos dados, depois na informação do Senhor Presidente da Câmara, eu falarei sobre algumas questões importantes.-----

-

Estes dados não estão reflectidos para o planeamento para o próximo ano, por exemplo o IMI, decidiu-se ir para a taxa máxima, mas o IMI aparece com valores cobrados no ano anterior de dois mil e seis, portanto isso não se reflecte.-----

Por outro lado, a questão dos bens de investimento, é preocupante esta situação, estão aqui para suportar investimentos seis milhões de euros, em bens de investimento, ou seja, quarenta e três vírgula quatro por cento das receitas de capital, quase metade das receitas de capital que estamos a prever que venham da venda de bens de investimento. -

---

Atenção a isto, nós autorizamos a venda de bens de investimento, mas há que haver por parte do executivo uma preocupação fundamental em relação à venda destes bens de investimento, há alturas em que o mercado é propício à venda de bens de investimentos e outra em que não é, nós podemos estar a ver património do município em condições extremamente desvantajosas.-----

-

Em relação à cultura, penso que há aqui uma questão que é preciso relevar, em termos de despesa corrente está aqui algum dinheiro para essa área. Em termos de investimentos, há necessidade de se fazer aquilo que se fez na área do desporto, um grande esforço no investimento e infraestruturas, já os clássicos gregos diziam “ mente sã em corpo são” e portanto se as coisas não funcionam a par e passo, temos a juventude com alguns problemas.-----

-

Na questão do investimento no saneamento, referiu-se aqui e nós na nossa declaração que colocamos, regozijamos com uma das grandes aspirações da Coligação Democrática Unitária, era a questão da resolução do problema da Ribeira de Santa Catarina, o desvio das águas, mas isto não é a resolução total, passa também pelo investimento na separação das águas pluviais e residuais, passa também no investimento nas ligações norte/sul, das principais infraestruturas.-----

-

Falta também aqui e está muito atraso, a questão das Águas do Centro, nós votámos contra, mas não quer dizer que estamos contentes que não tenham avançado, é fundamental que avance, não podemos continuar a enviar as águas residuais para aonde estão a ser enviadas a poluir o Tejo e já estamos com um ano de atraso.-----

-

Por outro lado, não nos podemos esquecer que as Águas do Centro, são só as águas em alta, tanto no abastecimento como na recolha de águas residuais. -----

Em relação às obras que têm sido feitas nos Paços do Concelho, que eram indispensáveis e fundamentais, deviam ser feitas a par e passo com obras noutros sectores da Câmara, criando condições para os outros trabalhadores, na área dos jardins, oficinas que não têm as condições mínimas nos vestuários, onde não há vestuários em condições para homens e mulheres.-----

-

Essa questão, tem que ser resolvida a par e passo e se calhar era mais prioritário do que algumas obras, que estão a ser feitas neste momento, embora prioritárias, poderiam esperar um bocado em relação a essas.-----

-

Embora seja um orçamento diferente daqueles que se faziam anteriormente, não concordamos, não é o nosso orçamento, há aqui algumas questões que levantei que não estão traduzidas e portanto, não poderemos votar favoravelmente. “-----

Pedi a palavra o **Senhor Ferreira Marques**: “ A equipa que faz o orçamento e o líder da equipa, é o mesmo, é o Senhor Doutor Martinho que o elabora, portanto, não vejo se assim é, só se estarei mal informado, é que o Partido Comunista tem um calo mal amanhado dentro da bota, que lhe aperta, cada vez que à aqui qualquer coisa, tenha calma, porque o eleitorado sabe distinguir quem é capaz de chegar ao poder e apresentar as melhores propostas, não tenha preocupações, trabalhe a favor da população, não se preocupe para tentar chegar ao poder e depois lá, apresentar grandes propostas, grandes projectos democráticos, espero que depois lá deixe falar toda a gente e que tenha orçamentos a favor do povo, enfim, ficamos por aqui.”-----

---

Continuou a **Senhora Maria Isilda**, que referiu: “ Líder aqui é o Senhor Presidente da Câmara, os técnicos trabalham em função das orientações dos políticos, e portanto, o líder é o Senhor Presidente da Câmara e não façamos essa confusão.”-----

Interveio o **Senhor Carlos Matias**:” É só para registar que o Partido Socialista acaba de ilibar a maioria do Partido Social Democrata, das responsabilidades do orçamento e pelos vistos vai votar contra o Doutor Martinho.”-----

O **Senhor António Ferreira** referiu:” Isto não é forma de estar, todos nós sabemos a história do Município, temos que tirar ilações do passado para o futuro.-----

Não estou minimamente de acordo com as posições do Partido Socialista, porque nós aqui reconhecemos o trabalho e fazemos a distinção do trabalho do Doutor Martinho e da sua equipa e das opções políticas.”-----

Pediu a palavra o **Senhor Mesquita Domingues**: “ Diz a Doutora Isilda que este trabalho é da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara, então, gostaria que não fossem usados argumentos no sentido de dizer que isto é um documento técnico, para não dar esclarecimentos sobre dúvidas levantadas.-----

Por outro lado, nós tivemos oportunidade de verificar, que efectivamente muitas das obras que são enumeradas no plano de financiamento, já foram lançadas, já foram a concurso e algumas já foram adjudicadas, tivemos o cuidado de as assinalar, só que, ou eu percebi mal, ou fiquei aqui com uma outra preocupação, é que, neste plano de financiamento, é dito que as participações para estas obras que já foram lançadas são na ordem dos setenta e cinco por cento, que correspondem a um encargo para a autarquia de apenas vinte e cinco por cento, que seria muito bom em nosso entender.----

A Doutora Isilda, disse qualquer coisa que me deixou preocupado, é que disse: “vamos ver se estas participações vêm,” é que eu pensava que já estavam garantidas, mas afinal parece que não.”-----

Referiu o **Senhor Presidente da Assembleia**: “ O Senhor Deputado não sabe como é que o QREN vai funcionar, nem ninguém, isso é uma estimativa de previsão de financiamento, portanto, ninguém sabe como é que vai funcionar o QREN e tomou-se essa opção.”-----

Pediu a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Eu só quis dizer e penso que toda a gente me entendeu, de facto há opções que são de quem, pelo poder do voto é eleito e se no passado, os orçamentos da responsabilidade da equipa técnica, tinham determinada configuração, tinham a ver com as orientações que ele recebia, neste momento, as orientações são outras e obviamente a qualidade não é posta em causa.-----

Politicamente a responsabilidade é das pessoas que estão no órgão executivo, obviamente o escrever as folhas, o registar as contas e como se faz, isso é dos técnicos e é por isso que existem técnicos, não tenho qualquer duvida e penso que ninguém nesta Assembleia devia ter. “-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número um à votação.-----

---

## VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM

O ponto numero um, Orçamento para 2008 e Grandes Opções do Plano para o período de 2008-2011, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária.

A Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte declaração de voto: ---  
**DECLARAÇÃO DE VOTO**

“As propostas de Orçamento para 2008 e as Grandes Opções do Plano para o período 2008-2011 mais uma vez reflectem as opções do Partido Social Democrata para o Entroncamento que se revelam pela ausência de políticas públicas em domínios de primordial importância para a qualidade de vida das populações. Este é um orçamento com preocupações pré-eleitorais mas sem o fulgor de outros tempos. Alguns dos projectos já têm 2 mandatos, outros, ainda, constam porque estão por pagar.....

Mais uma vez, não há conformidade com a excussão dos 3 primeiros trimestres do ano em presença. Veja-se a título de exemplo a excussão de cobrança de impostos (constante da informação do Sr. Presidente) e o dotado para 2008.

Nos quadrantes das receitas correntes e das despesas correntes e na sua relação, não vai mais longe do que o exigível na Lei, ou seja as receitas correntes são utilizadas para suportar o funcionamento da máquina autárquica e não são gerados excedentes para gastar em investimentos. Daí resulta a engenharia de venda de “Bens de Investimento” que vão delapidando o património mais valioso do município, vendido nem sempre nas condições mais favoráveis.

As Vendas de “Bens de Investimento” atingem actualmente (€ 6.045.861) 43,4% das receitas de capital.

Caracterizamos este orçamento como: ausente de preocupação social ou pelo menos de convicções sociais. É pena! Temos excelentes técnicos nesta área. A caridade não é solução! Faltam, ainda, os esperados investimentos com a juventude, o ambiente (sobretudo na componente promocional), os parques infantis, a recuperação dos espaços verdes. Primam pela ausência as grandes obras na área da cultura que necessita de uma atenção semelhante à dedicada ao desporto. Já os gregos clássicos diziam que o homem se queria com “mente sã em corpo sã”. Para isso urge a construção de uma biblioteca de raiz e a requalificação do Cine-Teatro S. João sem as devidas dotações para 2008.

Aquela promessa eleitoral do centro de convívio Intergeracional da Zona Sul. Lembram-se? Pois é, está esquecida. Foi enviada directamente para as calendas.

Na área do saneamento básico: onde estão: o saneamento dos Casais Formigos; o Plano Director para o Saneamento que só tem 100 €. Notamos com regozijo a contemplação uma aspiração da CDU - o desvio do excesso de caudal da Ribeira Santa Catarina. Mas não chega. Faltam os investimentos para separar as águas residuais das águas pluviais, o redimensionamento da ligação de esgotos Norte/Sul sob a linha férrea e deixarmos de poluir o Tejo.

Este orçamento é parco em despesas com o Planeamento Urbanístico (PDM e PP efectivos). A área da habitação social não vai além do protocolo com a Freguesia

---

situada no Entroncamento Norte.-----  
-----

O investimento na remodelação do edifício dos Paços do Concelho e do Banco Sotto-mayor, necessário, deveria ser acompanhado de criação de condições de trabalho para os outros trabalhadores desta câmara em todas as instalações: jardins, oficinas, ETAR etc...; -----  
-

Ao nível da dívida poder-se-ia ter ido mais longe, nestes últimos dois anos, se tivesse havido vontade de planear a redução da dívida. A efectiva diminuição, constatada, teve a ver essencialmente com o agravamento da carga fiscal das famílias que não cessa de aumentar. Se tivesse havido um esforço maior de contenção e racionalização dos recursos, hoje, estaríamos a financiar o investimento através de receitas correntes e não através da delapidação do património camarário (um mal necessário para aproveitar os fundos). Se há dívidas que foram aceites por todos, nos empréstimos de M/L prazo, o mesmo não se pode dizer dos leazings, facturings e dívidas não financeiras.-----  
-

Atendendo ao referido votámos contra”. -----  
Entrou-se de seguida no ponto número dois da ordem de trabalhos.-----  
-

## **PONTO NÚMERO DOIS** -----

### **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A LIQUIDAR EM DOIS MIL E NOVE** –

Pediu a palavra o **Senhor Carlos Matias**: “ Estamos de acordo com a proposta que nos é apresentada pela Câmara, queríamos registar e as razões são as seguintes: ----

Como se sabe, o Governo e o Partido Socialista, fizeram aprovar uma Lei de Finanças Locais, que faz recair sobre as Autarquias o ónus de decidir o montante do IRS, nós discordamos dessa opção, pensamos que o IRS deve ser igual para todos em todo o País e portanto, concordamos que ele seja cobrado pela taxa máxima, porque nos parece sendo um imposto directo incidindo directamente sobre os rendimentos é um imposto mais justo do que outro tipo de impostos indirectos.-----  
-

É um imposto proporcional, quem ganha mais, paga mais e portanto sendo um imposto justo e sendo necessário garantir as receitas para as Autarquias, achamos que deve ser cobrado o IRS pela taxa máxima.”-----

Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ Nós também concordamos com a aplicação da taxa dos cinco por cento.-----  
-

Se o Governo quiser diminuir a carga fiscal às pessoas, não podem empurrar isto para cima das Autarquias, porque vai criar uma injustiça entre os diversos Municípios.--

Nós aqui não diminuimos, noutros concelhos vão diminuir e acabamos por estar a prejudicar até nossos familiares nos concelhos vizinhos, desta forma.-----

Se o Governo quiser diminuir estes cinco por cento, poderá estar em condições de o fazer e nós também vamos ser afectados por essa diminuição, porque se o Governo diminuir cinco por cento às pessoas, nós como vamos buscar na base de uma percentagem daquilo que é colhido pelo Estado, vamos também sofrer uma diminuição, agora, essa diminuição estamos em condições de a suportar, não estamos em condições de suportar diminuições em nome do Estado Central.-----  
-

---

As últimas contas de dois mil e seis indica-nos que as Autarquias contribuíram para o défice orçamental, com uma redução do défice orçamento geral do Estado. -----

Nós vamos votar favoravelmente.” -----

Referiu o **Senhor Ferreira Marques**: “ Isto é como quem diz “ eles falam falam mas não dizem nada”, o que de facto acontece é que, o que está na génese desta ideia das Autarquias poderem ou não reduzir a sua receita no IRS, o que está na génese disso, era de facto a preocupação com a interioridade do País.-----

Se determinadas zonas do País tiver um IRS mais baixo, era uma forma de tentar atrair para esses locais investimento e repovoamento e isso não é dito porquê?-----

Nós não vamos votar contra isto, vamo-nos abster, mas não nos custava nada votar contra, porque de facto, o Entroncamento arrecada muitas receitas que são muito significativas podemos analisar os quadros que estão aqui e ainda bem, é bom sinal para o Entroncamento, poderia eventualmente prescindir de uma pena percentagem do IRS.--

Nós entendemos que isto é um pouco dúbio, tem vantagens inconvenientes e do nosso ponto de vista, vamos tomar a posição de nos abster e portanto não inviabilizamos, porque apesar de tudo isto, pode trazer alguns contributos para o Entroncamento.”-----

Prosseguiu a **Senhora Maria Isilda**: “ Das intervenções anteriores, tínhamos a apreciação desta proposta feita, mas o Senhor Engenheiro Ferreira Marques estragou-me a oportunidade, porque de facto o argumento da interioridade até pode ser verdade, mas não tem efeito nenhum.-----

Não é por uma baixa de um ano, que no ano a seguir pode não existir que alguém agarre na trouxa e muda de casa para outro sitio e depois este imposto, como dizia o Bloco de Esquerda, que é talvez o imposto mais justo, é de facto aquele imposto, por exemplo, a alteração ou variação dele nas pessoas com mais dificuldades, nem sequer se reflecte, porque as pessoas com mais dificuldades nem sequer pagam IRS.-----

Portanto, o Partido Social Democrata vai subscrever esta proposta.”-----

Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ A preocupação com a interioridade do País deve ser feita noutra base, na base da solidariedade, na base de uma maior participação para esses concelhos, chamo aqui à atenção, que os concelhos do interior não têm condições para fazer baixas nestes impostos, porque estão numa situação extremamente difícil em termos financeiros.-----

Em relação às provocações que são feitas é assim:-----

“ Falam falam mas não dizem nada”, eu respondo com isto: “O Governo quer fazer filhos em casa alheia .”-----

Não havendo mais pedidos de informação, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação.-----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois, Participação Variável no IRS a liquidar em dois mil e nove, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido

---

Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e seis abstenções do Partido Socialista.-----

-  
Entrou-se de imediato no ponto número três da ordem dos trabalhos.-----

-  
**PONTO NÚMERO TRÊS** -----

-  
**DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE – ALTERAÇÃO DE FINALIDADE** -----

-  
Pedi a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a esta proposta e ela vem na sequência de matéria já aqui abordada, ela visa apenas o redireccionar de investimento para a construção de duas salas de aula, que por alterações de Lisboa tiveram que ser retiradas do projecto que foi participado com Fundos Comunitários e que depois, obrigaram à segunda reformulação do projecto para consignar e poder desenvolver a construção de mais estas duas salas, que, não com estas verbas, terão de ser sempre construídas com fundos próprios da Câmara Municipal, isto é, enquanto que para o resto, espaço escola, foi possível participar a obra, para estas duas salas de aula, não vai ser possível fazê-lo por deficiência dos serviços centrais.-----

-  
Portanto, é apenas redireccionar um recurso, que esta Assembleia Municipal já aprovou, enquanto cobrança da derrama, para um investimento para a área da educação.”-----

--  
Prosseguiu o **Senhor Ferreira Marques**: “ O que estamos aqui a ver, é o IRS, o IRC, são por todas as portas, porque a derrama decorre das actividades económicas, só que a finalidade é mais esta, é os cidadãos e é os cidadãos enquanto organizações industriais e comerciais.-----

-  
A derrama e foi isso que nós defendemos noutra circunstância, é que deve ser desviada dos fins que nós achamos que é a mais correcta, o sector económico no Entroncamento está débil, está a perder a vantagem que tinha, em relação aos concelho limítrofes e conseqüentemente era de todo importante que estas verbas fossem aplicadas na dinamização do sector comercial e industrial com a criação de uma marca global de concelho, com publicidade, etc. agora aplicar a derrama para uma escola.”-----

-  
Referiu o **Senhor Carlos Matias**: “ Estamos de acordo com a alteração, vamos votar favoravelmente a proposta que nos é apresentada, embora tenhamos dúvidas, que aliás, julgo que foram partilhadas, de que seria necessário esta autorização vir à Assembleia Municipal, porque está nos limites da competência da Câmara Municipal a aplicação da derrama, porque se destinava a reforço da capacidade financeira.-----

-  
Não nos opusemos a que viesse, porque funciona mais como uma validação política, de uma avaliação política da deliberação da Câmara, o que também, no entendimento lato cabe nas competências da Assembleia Municipal.-----

Parece-nos pertinentes a fundamentação da proposta, é clara, assim como nos parece que é justa a aplicação e encaminhamento que se faz da derrama que é cobrada. -

---

Relativamente à argumentação do Partido Socialista, peço desculpa, não é nenhuma má vontade, mas eu não consigo compreender a argumentação do Partido Socialista, certamente será delimitação minha. -----

-

Sobre o IRS, se o Partido Socialista não estava de acordo, tinha apresentado uma proposta alternativa, na Câmara podia tê-lo feito, tem dois vereadores, politicamente estava no sitio certo, se tem dúvidas é o único entendimento que faço, mas, o discurso não foi das dúvidas, o discurso foi da critica.-----

-

Relativamente à aplicação da derrama, também se não estava de acordo com esta aplicação, poderia ter proposta na Câmara, outra alternativa diferente e ela não está aqui na acta e portanto, nós faríamos a discussão politica inclusivamente de acordo com as alternativas que aqui foram colocadas, não está cá nenhuma proposta, o que sei, é que na Câmara os vereadores do Partido Socialista se abstiveram, não apresentaram nenhuma proposta alternativa e pelos vistos, o Partido Socialista vem para aqui, com o mesmo tipo de critica, que me parece sem qualquer base de fundamentação politica, enfim, está no seu direito de dizer o que diz, mas parece-me que são coisas sem sentido.-----

“-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu: “ Quanto ao ponto vir à ordem de trabalhos, foi um comprometimento do Senhor Presidente da Câmara, que viria à Assembleia sempre que houvesse alteração à finalidade e assim foi feito. “-----

Interveio o **Senhor José Luís**: “ Embora estejamos de acordo com a transferência de verbas queríamos chamar à atenção desta questão que consideramos importante: As Câmaras têm que ter algum cuidado em substituírem-se ao poder central, porque tem havido transferências de competências, mas não tem havido transferências de capitais e as Autarquias têm que forçar o poder central para que assuma as suas responsabilidades e penso que aí devemos ter alguns cuidados nos investimentos, porque devemos exigir é ao Governo porque é da sua responsabilidade.-----

-

Para aquilo que a derrama estava destinada inicialmente, foi um compromisso do primeiro mandato da Câmara do Partido Social Democrata, resolver o problema dos esgotos dos Casais Formigos, foi assumido publicamente que naquele ano iria resolver o problema dos esgotos dos Casais Formigos e até hoje estamos na mesma situação.-----

--

Qualquer aldeia com um número pequeno de habitantes, hoje tem saneamento básico e nós numa cidade, não se compreende que aquela zona e aqueles cidadãos não tenham infraestruturas básicas de saneamento.”-----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número três à votação.-----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS**-----

O ponto número três, Derrama para o ano de dois mil e sete – Alteração da Finalidade, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e seis abstenções do Partido Socialista.-----

-

Entrou-se de imediato no ponto número quatro da ordem dos trabalhos.-----

---

**PONTO NÚMERO QUATRO**  
**ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE**  
**ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE DE DURAÇÃO LIMITADA TAXADA**  
**DO ENTRONCAMENTO - PONTO DOIS DO ANEXO B.**

Pediu a palavra o **Senhor José Luís**: “ A primeira questão que queria chamar à atenção, é que tem que haver algum cuidado quando se elaboram os documentos, porque no documento da Câmara diz. Alteração ao Regulamento de Zonas de “Estabelecimento” de superfície. -----  
-

Em relação à questão concreta do pagamento de um euro por quinze minutos, penso que completamente injusto, um estacionamento a pagar por quinze minutos um euro é aquilo que não se faz nas maiores cidades.-----

Se realmente os quinze minutos tivessem um preço e além dos quinze minutos o custo de um euro, tudo bem, agora qualquer pessoa que vai tratar de um assunto, pagar um euro por tão pouco tempo.”-----  
-

O **Senhor Presidente da Assembleia**, interrompeu o Senhor José Luís, para dizer: “ Só queria esclarecer que um euro dá para o dia todo.”-----

Continuou o **Senhor José Luís**: “ Tanto paga o que está lá um dia inteiro com o carro, como paga qualquer pessoa que necessita de pouco tempo e isso é completamente injusto e distorcido essa questão. -----

O Senhor Presidente da Câmara dizia e penso não é fugir à verdade, que enquanto a REFER não resolvesse o problema do estacionamento junto à estação da C.P. do lado norte, não ia taxar os parques de estacionamento, mas afinal, as coisas são diferentes.” -----  
-

Pediu a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Era para esclarecer que esta taxa de um euro dá para o dia inteiro, nomeadamente para que a pessoa que tenha lá parado e precise de lá voltar, desde que tenha o título, possa voltar a colocar o carro sem novos custos, sendo que, há outros espaços para estacionar para além deste parque e portanto, a pessoa que vai por pouco tempo e não pretende gastar o euro, terá que tentar encontrar outras alternativas, porque elas existem.”-----  
-

Prossegui o **Senhor Ferreira Marques**: “ Fiquei agora esclarecido e já percebi qual é o objectivo desta proposta, afinal é para rentabilizar o buraco, chama-se o estacionamento subterrâneo.-----  
-

O objectivo é mandar as pessoas que não querem pagar para o estacionamento subterrâneo, estava para pedir um esclarecimento sobre esta matéria, porque é que não era taxamento ao minuto, como se faz nos grandes sítios, mas pronto, nós somos diferentes. -----  
-

Já percebi que é de facto para rentabilizar o investimento que todos nós conhecemos, como sendo o elefante branco.”-----  
-

Interveio a **Senhora Maria Isilda**: “ O Senhor Engenheiro já se satisfaz, dizendo que tínhamos um elefante branco, é só para lhe dizer, que de facto, tem de haver fracções de tempo para o taxar do estacionamento, a opção que tinha de ser tomada no Entroncamento era taxar a valores mais elevados de x em x tempo aquele espaço, ou

---

simplesmente, encontrar um valor aceitável, que permitisse aos munícipes que necessitam de deixar ali o carro por tempos mais longos, utilizar aquele espaço.”-----

O **Senhor Carlos Matias** referiu: “ Nós compreendemos que esta proposta tenha que vir aqui, porque é uma adaptação decorrente da Lei.-----

Nós não estamos de acordo com as tabelas de taxas, que foram aprovadas desde o início, aqui nesta Assembleia Municipal, nós na Câmara Municipal apresentámos uma tabela diferente e portanto, não estando de acordo com a base que está por detrás desta alteração, também não estamos de acordo com esta alteração.-----

Queria acrescentar que encaramos com muita preocupação, o momento em que comecem a ser cobradas o estacionamento naquela zona, cá estaremos para ver o que vai acontecer.”-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número quatro à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração limitada taxada do Entroncamento – Ponto dois do Anexo B, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária.-----

Passou-se de imediato ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos.-----

#### **PONTO NÚMERO CINCO**-----

#### **PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO.-**

Pediu a palavra o **Senhor José Luís**: “ Em relação ao documento e às taxas aplicadas, é realmente um regulamento que tem diversas distorções e há coisas que deviam ser rectificadas e nós já chamámos à atenção de algumas anteriormente como por exemplo: -----

No caso de pedidos de fotocópias e certidões, se forem pedidas com urgência e se forem fornecidas no prazo de três dias, a Câmara só no fim dos três dias é que fornece o pedido e é logo agravado para o dobro do custo se for durante esses três dias. Se há capacidade da Câmara no fim de três dias resolver o problema, penso que isto é um meio de sacar o dinheiro aos contribuintes, porque se há capacidade no fim de três dias, que achamos o prazo muito grande para ser de urgência, mas se não for de urgência, é quando for, o que não é justo num regulamento e no pagamento de taxas.----

Outra questão é que quando houver erros por parte da Câmara, se tenha cobrado a menos ao contribuinte, este tem prazo para pagar e se não pagar é-lhe aplicada a cobrança coerciva, se a Câmara cobrar a mais ao contribuinte, a Autarquia já não tem prazo e já não é penalizada, penso que em democracia, os direitos e deveres devem ser

iguais.-----

--

Na isenção de taxas, há uma questão que não percebo muito bem, que é a ocupação de espaço público com esplanadas, se qualquer pessoas assinar um protocolo a dizer que limpa e trata daquela zona, já não paga taxa de ocupação do espaço público. No Entroncamento só pagam esplanadas quem quer, quem não quer não paga e isto está neste regulamento, penso que não é justo.-----

-

Uma taxa paga por uma roulotte ou uma carrinha bar estacionada, paga por mês cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos e uma bomba de combustível paga por ano, apenas cento e quarenta e nove euros e sessenta cêntimos, isto são das muitas distorções que tem este regulamento de taxas, que nós, não podemos estar de acordo. ---

Ainda há outra que ainda é mais caricata, realização de leilões em lugares públicos, a taxa por licenciamento sem fins lucrativos, custa trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos, com fins lucrativos só paga vinte e oito euros e noventa e quatro cêntimos.-----

--

O agravamento das taxas é superior à inflação, a Câmara tem dificuldades financeiras e os municípios não têm? -----

-

Temos que viver todos, essa crise económica que estamos a viver, quando há dificuldades dizerem, não se preocupem, vamos dormir descansados porque a gente vai aos bolsos dos contribuintes, que é completamente injusto.”-----

Proseguiu o **Senhor Carlos Matias**: “ Na Câmara Municipal o Bloco de Esquerda votou contra este documento e votou contra pela única exclusiva razão, que foram dados escassos dois ou três dias ao vereador e à equipa do Bloco de Esquerda que trabalha nesta coisas, para analisar um documento tão extenso e portanto, na circunstância não houve condições para nós avalizarmos na Câmara o documento, portanto, foi esse o sentido do voto do vereador contra este documento. -----

-

Agora tivemos mais tempo e fomos analisá-lo. -----

-

Antes de mais, quero sublinhar o seguinte:-----

-

A proposta que nos é apresentada não tem fundamentação, eu não me refiro à fundamentação económica das taxas, a proposta em si é que não é fundamentada, porque se nós formos ver a fundamentação económica das taxas, chegamos à conclusão que os aumentos, até poderiam ser muito superiores, mas, os aumentos não são muito superiores, os aumentos são superiores para fazer o equilíbrio, a opção pelos aumentos, fazendo as contas, porque elas não nos são apresentadas, não existe qualquer fundamentação, nem qualquer termo de comparação, mas comparando com a tabela em vigor, o aumento é de cerca de nove por cento.-----

-

A proposta devia ser fundamentada, porque é que é nove por cento e, não é dez ou onze por cento ou cinquenta, que até poderia ser do ponto de vista estritamente económico, mas porque é que politicamente se adapta o valor nove e não o valor de cinquenta, portanto, essa fundamentação não está feita.-----

-

Vamos assentar num aumento de nove por cento, antes de mais é um aumento relativamente elevado, enfim, até seria aceitável se entendermos que a tabela já vem de

---

Abril de dois mil e cinco, ela vai entrar em vigor no principio de dois mil e oito, são três anos, nove por cento, considera-se um aumento de três por cento ao ano, é muito ou pouco, até estaríamos disponíveis para aceitar esse aumento, embora ele seja elevado.---

Esta tabela não faz uma avaliação política das diversas taxas, o Senhor José Luís já falou nisso, há aqui taxas que provavelmente poderia ser mais agravadas e taxas que deveriam ser mais desagravadas e isso não é avaliado.-----

-

Por exemplo, toda a gente sabe que os comerciantes se queixam muito com os toldos e equipamentos colocados na via pública, ponderando a situação, seria de não se fazer um agravamento e agravar outras taxas, isto é, fazer uma avaliação política ponderada e não cegamente, fazer duas colunas, a coluna do que está multiplicada por nove por cento e arredondar aos cêntimos, que é uma forma expedita de manter tudo na mesma, ou mais ou menos na mesma e no manter tudo na mesma, é que também está um dos busílis deste regulamento contra o qual nós já nos insurgimos e vamos faze-lo pela terceira vez, é que continua aqui na tabela de taxas a aplicação de taxas para fios telegráficos, telefónicos, eléctricos e outros, por metro linear e fracção por ano, quer em espaço aéreo, quer em espaço enterrado, assim como outras ocupações em espaço aéreo por metro linear e de enterrado, taxas que não são exequíveis, isto não faz sentido, é a terceira vez que o dizemos aqui.-----

-

Fui ver a acta da sessão desta Assembleia, que realizámos em dois mil e cinco e eu disse isso aqui, como já o tinha dito em dois mil e três, não faz sentido, isto nunca foi cobrado nem nunca vai ser cobrado e portanto, os alertas que nós deixamos aqui na Assembleia Municipal, devem ser ponderados, aliás, houve uma ocasião em que de facto o Senhor Presidente da Câmara, reconheceu que isto não era cobrável e portanto, das duas uma, ou não se põe lá, ou põe-se um valor para cobrar.-----

Fazer tabelas em que se sabe, que isto não vai ser feito porque não tem sentido e portanto isto não devia estar aqui, ou devia ser reformulado.-----

-

Em anteriores ocasiões abstivemo-nos, o ano passado votámos a favor com a ressalva, de na próxima tabela quando isto aqui voltar rectifiquem este ponto e continua aqui este aborto na tabela de taxas e nós não vamos mais avalizar isto.-----

-

Portanto, nós não vamos votar favoravelmente, reafirmo, estaríamos disponíveis para votar favoravelmente pela tabela, mas sempre que isto aparecer aqui, nós vamos votar contra a tabela que nos aparecer. “-----

-

Pediu a palavra o **Senhor José Luís**: “ Só queria apresentar duas questões muito rapidamente.-----

-----

A questão das taxas, por exemplo para os mercados, isto é realmente aqueles comerciantes que cada vez deixam mais de vender nos mercados e é para acabar com os mercados em beneficio das grandes superfícies, o que é um erro. -----

-

Na relação das taxas aplicadas ao desporto, por exemplo um idoso e de certa camada social, já não tem acesso às piscinas, criam-se as infraestruturas e ainda bem e depois não tem havido um incentivo por parte da Câmara ao desporto, porque hoje, se analisarmos o desporto começa a ser só para uma camada social no nosso Concelho e isso é um conceito errado, que tem de ser revisto e peço ao Senhor Presidente da Câmara, que reveja esta situação, é uma bandeira dele a questão do desporto, vemos que

---

o desporto no nosso Concelho tem sempre sido o parente rico nos orçamentos e por isso mesmo, acho que deve haver um incentivo ao desporto e à cultura, mas a todos os níveis da população.” -----

-

O **Senhor Ferreira Marques** referiu: “ Estas questões são sempre discutíveis, porque há critérios e critérios e de facto é sempre difícil ter unanimidades nestas matérias, há critérios técnicos, há critérios políticos e é sempre muito difícil ajustar isto.

Nós vamo-nos abster, tendo em conta que de facto há aqui algumas questões que podiam ser corrigidas, mas é como acabei de dizer, há opções e opções.-----

Na página vinte e nove, no artigo sexto, onde está o licenciamento para a realização de leilões, com ou sem fins lucrativos, só pode ter sido um lapso.”-----

-

Referiu a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a este documento, queria apenas referir que ele surge pela consequência da legislação que obrigou à sua reformulação, nomeadamente no sentido em que as taxas a cobrar devem corresponder ao principio de que os proveitos devem corresponder aos custos e daí a necessidade que me parece, de se ter tido em atenção agora e para o futuro, de que, as actualizações sejam feitas anualmente, para que evitemos aumentos significativos. -----

Na consequência da criação do canil intermunicipal, também vamos ter taxas integradas sobre esta matéria, no regulamento de taxas e licenças não urbanísticas. “-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato à votação do ponto número cinco da ordem dos trabalhos.-----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO**-----

-

O ponto número cinco Projecto de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas do Município do Entroncamento, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e seis abstenções do Partido Socialista.-----

-

Entrou-se de seguida no ponto número seis da ordem dos trabalhos.-----

#### **PONTO NÚMERO SEIS**-----

#### **PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO E TABELA DE TAXAS.**-----

-

Pediu a palavra o **Senhor Carlos Matias**: “ Vamos votar a favor deste documento e mais uma vez a proposta não é fundamentada.-----

-

Como o Senhor Presidente da Assembleia sabe, eu pedi a tabela em vigor e a pare dessa tabela, cheguei à conclusão que os aumentos propostos eram de dois e meio por cento.-----

--

Registo que o aumento para as taxas urbanísticas é inferior à média dos aumentos para as taxas não urbanísticas, uma subtilidade que não é tanto assim, é meio

---

por cento de diferença e gostaríamos de perceber.-----

-

De qualquer das formas, há um ponto com o qual nós não nos identificamos, que é o constante do quadro quinze “compensação referente ao número de lugares de estacionamento em falta por lugar”, dado que tem havido um desregramento total e uma permissividade total ou quase total, relativamente à admissibilidade de construção de edifícios sem lugares de estacionamento, achamos que este valor é extremamente baixo, já agora quem trata das regras do mercado, está toda a gente a comprar, é porque os preços estão muito baixos e portanto pela lei da oferta e da procura, é melhor que o preço suba até estabilizar.-----

--

Portanto, se os lugares de estacionamento a Câmara está a vender ao desbarato, é melhor que suba e portanto vamos apresentar brevemente na Câmara Municipal uma proposta com um novo valor para este pormenor da tabela.-----

-

Mas enfim, não seja por isso que a Câmara não comece a cobrar valores de dois e meio por cento, acima da tabela actual e portanto vamos inviabilizar esta proposta. “--

-

Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ Está subjacente tanto este documento como o documento anterior, uma forma ideológica de ver a cobrança de taxas.-----

Achei interessante algumas argumentações, no entanto cabe-me dizer o seguinte:

Não nos convencem estes discursos inflamados da apologia neo-liberal sobre as inesgotáveis fontes de receitas para os municípios em sede de taxas e tarifas. Há um exemplo aqui bem perto, em Tomar, que foi obrigada a reduzir este tipo de taxas que estamos agora a discutir, porque tornavam-se impraticáveis e afunilavam todo o desenvolvimento urbanístico do concelho e portanto, temos que ter algum cuidado, porque estas coisas não são inesgotáveis.-----

-

Não é tão pela questão dos valores que são aqui apresentados, tirando aquela parte que nós sempre contestamos em relação aos lugares de estacionamento que têm que ser pagos, ou seja, os lugares de estacionamento por não se poder fazer os edifícios, são feitos cá fora e são pagos à Câmara Municipal, achamos esse valor extremamente irrisório é um valor que é comparável, se formos ver às taxas anteriores, no cemitério é muito parecido com o valor dos cinco metros quadrados no cemitério, são valores compreensíveis, mas aqui são valores que não são compreensíveis porque os custos de implementação destes lugares de estacionamento na via pública, são muitíssimo mais caros e ficam muitíssimo mais caros para a Câmara.-----

-

Fundamentalmente, nós vamos votar contra este regulamento, como já tivemos no passado e apresentamos os nossos motivos em dois mil e três aquando da discussão do anterior RMUE, alguns deles foram considerados na altura outros não e continuamos a discordar com o artigo oito, enquanto houver instrumentos eficazes de planeamento de pormenor urbanístico, por exemplo, os planos de pormenor, não faz sentido prever-se no RMUE a dispensa da discussão pública para operações de loteamento e a Câmara no orçamento não tem lá valores para a área da urbanização e isso é fundamental.-----

A Câmara deve apostar mais nos planos de pormenor, é evidente que não são aqueles planos de pormenor, que nós conhecemos há uns anos atrás que são feitos quase por encomenda só para aquele proprietário, estou a falar de planos de pormenor de interesse Municipal.-----

-

---

Não vejo com bons olhos esta opção pela dispensa de discussão pública para algumas operações de loteamento.-----

-

Por outro lado, no artigo dezasseis do ponto seis, a redacção aumenta a possibilidade de mais situações que as previstas no artigo setenta do PDM, que é em relação ao estacionamento, não há condições para colocar todos os veículos dentro do edifício, as leis são um bocado ao critério da decisão da Câmara, o RMUE não, vem alargar ainda mais aquilo que vem no artigo setenta.-----

O artigo dezanove do ponto três, também merece uma outra redacção, no sentido de acautelar o interesse público.-----

-

O artigo vinte, este aumento da cércea de meio metro, permite que o que nós sempre combatemos nesta Câmara, que é o aproveitamento dos sótãos que vem possibilitar o seu aproveitamento para outras finalidades, que não sejam os de meras dispensas e isso vai favorecer os tais duplex “à la Entroncamento”, que nós vemos por aí.-----

-

Em relação à área bruta, o índice que está calculado no fim da tabela, este valor, deveria ser aplicado também aos sótãos.-----

-

Daí o nosso voto contra. “-----

-

Prosseguiu o **Senhor José Luís**: “ Era só para complementar aquilo que o camarada António disse e isto também em relação às distorções e apresentava aqui dois exemplos:-----

-

A licença de utilização e alteração de uso, é o mesmo preço para actividades culturais recreativas e desportivas, penso que não é muito correcto. -----

-

Outra situação, é que paga-se tanto por efectuar uma vistoria a uma garagem, como vistoria para habitação, comércio e serviços, uma vistoria a uma garagem nada nos diz que é igual a uma habitação ou outros serviços.-----

-

A taxa de utilização para espaços destinados a estabelecimentos alimentares e não alimentares de serviços, que podem pôr em risco a saúde e segurança das pessoas, é um preço de cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos, as destinadas a indústria, armazéns e oficinas custas quarenta e três euros e noventa cêntimos e não põe em risco a segurança das pessoas? -----

---

Outra questão é a da compensação do estacionamento em falta nos loteamentos e construções, penso que a Câmara não consegue fazer um estacionamento por dois mil setecentos e trinta e oito euros, isto é um incentivo a que qualquer construção que se faça no Entroncamento, ninguém vai cumprir com o que está na Portaria nem na legislação, porque a Câmara dá-lhes possibilidades, quando nós no Entroncamento temos tanta falta de estacionamento, não compreendo porque se continua a insistir nesta questão.-----

--

Por outro lado, as taxas são aumentadas muito mais que a inflação.”-----

---

Referiu o **Senhor Mesquita Domingues**: “ Quanto ao regulamento em si, genericamente concordamos, mas merece-nos contudo alguns reparos.-----

-  
No já citado artigo dezanove, esse artigo como se pode verificar no ponto três, é dito que os sótãos podem ter aproveitamento não habitacional, já no ponto quatro, é dito que a cobertura pode ser realizada em terraço acessível, até vinte por cento da sua área e podem até inclusive ser aplicadas grades de protecção.-----

-  
Em nosso entender, por um lado diz que os sótãos não podem ser espaços habitáveis, mas deixa-se criar condições para que tal se verifique.-----

-  
Já agora, eu pergunto: É possível face a este regulamento, construir uma escada de acesso ao sótão a partir do último piso da habitação? -----

-  
Se realmente se pretende impor limitações à utilização dos sótãos para fins habitacionais, então no ponto três deveria ser dito que será permitido o aproveitamento de sótãos para uso não habitacionais, podendo esse espaço ser destinados a todos os fogos dos pisos inferiores, desse modo, talvez se evitasse o seu aproveitamento para fins habitacionais. -----

-  
Sobre os valores das taxas que nos são apresentados perguntamos o seguinte: Porquê estes valores e não outros, já ouvimos aqui dizer, que foi aplicada a taxa de dois e meio por cento, sobre os valores actualmente praticados, não nos é apresentada qualquer razão que justifique este valor, em nosso entender, o PDM, o Regulamento Municipal de Urbanização e a tabela de taxas, devem ser instrumento através dos quais uma Autarquia controla o desenvolvimento do Município, para isso torna-se necessário que sejam conhecidas as necessidades do Concelho em termos urbanísticos.-----

-  
Será que é necessário continuar a urbanizar terrenos para fins habitacionais neste momento? -----

-  
Perguntamos ainda: A manter-se o ritmo de construção que actualmente se verifica, até quando existiram lotes disponíveis. Conhecem-se indicadores que nos garantam que essas construções são efectivamente necessárias.-----

-  
Depois de analisarmos a situação fica-nos muitas dúvidas sobre a necessidade de mais terrenos urbanizáveis, a Câmara e os seus serviços técnicos terão por certo, dados que justificão as opções tomadas, mas nós, não as conhecemos e gostaríamos que estivessem aqui apresentadas.-----

-  
É certo que são os privados quem urbaniza os terrenos e para isso até pagam taxas que revertem para a Autarquia no imediato, contudo, no futuro, as novas urbanizações passarão a ser um encargo para a Autarquia, uma vez que é a ela que caberá a responsabilidade da realização dos trabalhos de conservação de todas as infraestruturas criadas. -----

--  
Caso não seja feita uma ocupação significativa desses terrenos, essa manutenção, será um encargo sem contrapartidas para a Câmara.-----

-  
Gostaríamos por isso, que fossem apresentados todos os dados e argumentos, que justificassem as opções tomadas na elaboração deste documento. -----

---

Já agora chamo à atenção para o plano de financiamento do plano plurianual de investimentos proposto para dois mil e oito e vejamos, o montante das verbas que são propostos para a requalificação dos arruamentos no Entroncamento.” -----  
-

Continuou a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente a este documento, queria referir que de facto, há aqui, a necessidade também de uma adaptação à legislação e é por força da Lei que este documento vem à Assembleia e que há o ajustamento, do aumento correspondente à inflação, mas, quando aqui é referido que seria bom ser apresentada a justificação para estes aumentos, tal como no documento anterior, nas páginas cinquenta e nove e seguintes, está uma fundamentação económico/financeira relativa aos valores das taxas propostas. -----  
-

Portanto, temos um documento explicativo da forma de encontrar a razão dos custos a imputar às taxas e, não deixa este regulamento de referir, que a conta de exploração da tabela de taxas em análise, vai ser deficitária.” -----

Pediu a palavra o **Senhor Carlos Matias**: “ Foram aqui feitas um conjunto de alertas e considerações, que nós achamos que deviam tomar em conta o nosso sentido de voto e, portanto, a nossa intenção inicial era votar favoravelmente, mas achamos que a pertinência e justeza de algumas das considerações nos levam a alterar o nosso sentido de voto e, portanto, iremo-nos abster. -----  
-----

Fica o nosso compromisso, de que, na Câmara Municipal, a partir de muitos dos alertas que aqui foram feitos, e de outros que entretanto decorram de uma análise mais aprofundada que vínhamos a fazer, iremos apresentar uma proposta de alteração a este regulamento.-----  
-

Dizer também, que a fundamentação económico/financeira que a Doutora Isilda acaba de falar, dá-nos o tecto máximo para os aumentos, mas não nos fundamentam a proposta que é aqui apresentada. -----  
-

Quer no ponto anterior, quer neste permitia-nos aumentos bastante substanciais e portanto, não é dada a fundamentação porque é que não se é atingido esse tecto, parece que a justificação que dá, não colhe e continua em aberto por dizer, porque é que dois e meio por cento, oito ou nove por cento.-----  
-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação.-----  
-

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e nove abstenções, sendo seis do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda. -----  
-

Passou-se de seguida ao ponto número sete da ordem dos trabalhos.-----  
-----

#### **PONTO NÚMERO SETE** -----

---

**QUADRO DE PESSOAL – PREVISÃO DE UM LUGAR DE COORDENADOR  
TÉCNICO NA ÁREA DE INFORMÁTICA** -----

Interveio o **Senhor Ferreira Marques**: “ A questão que se nos coloca aqui, não é tanto a proposta que está a ser colocada, o que nos incomoda é de facto aquele pacote que foi apresentado à Assembleia sobre a criação de quadros técnicos para esta Autarquia, técnicos generalistas, técnicos de informática, etc.-----

-  
Porque é que andam como aquelas torneiras entupidas, gota a gota, porque é que não fazem um levantamento das necessidades do concelho.-----

Nessa altura foi feito um quadro de pessoal com técnicos de tudo, não percebemos porque é que agora surge desgarradamente esta situação. -----

-  
Não temos nada contra que as pessoas sejam qualificadas e requalificadas e se isso for uma mais valia para a pessoa e para o Município, óptimo.-----

Vamos votar favoravelmente. -----

-  
Continuou o **Senhor António Ferreira**: “ O quadro do pessoal deve ser mexido o menos possível, mas também nada nos diz, que não possa ser mexido quando há justificação para isso.-----

--  
A informação apresentada parece-nos ter essa justificação e portanto, nós vamos votar favoravelmente.”-----

-  
O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu: “ Como mais ninguém pretende intervir, vou pôr à votação e como envolve o nome de uma pessoa, vai ter que ser voto secreto, por uma questão de ética. -----

-  
Se os Senhores se derem ao trabalho de ver a acta, vem referido tacitamente o nome de um funcionário da Câmara, para o qual, o lugar eventualmente está a ser criado e portanto, por essa razão e só por essa razão, vai ter que se proceder a voto secreto.”----

Pedi a palavra o **Senhor Carlos Matias**: “ A proposta que nos é apresentada, a Câmara pode ter os fundamentos todos que quiser, a mim tanto se me faz, se é para o Paulo, o Pedro, o Manuel, não é da nossa competência Assembleia Municipal, a Câmara é que decide quem é que para lá vai. -----

-  
Retorquiu o **Senhor Presidente da Assembleia**: “ Eu percebo perfeitamente, infelizmente vem lá mencionado o nome de uma pessoa.”-----

-  
Pedi novamente a palavra o **Senhor Carlos Matias**: “ Acho que é absurdo, a Câmara Municipal votar a admissão de uma pessoa, nem está nas competências da Assembleia Municipal.”-----

-  
O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu: “ Nós não estamos a votar o nome de uma pessoa, nós estamos a votar a criação de um cargo, só que esse cargo infelizmente, pelo extracto da acta já está atribuído e uma vez que está atribuído, tem de haver votação secreta.” -----

Prosseguiu o **Senhor Carlos Matias**: “ Ó Senhor Presidente, o lugar não pode estar atribuído por ele não existe como é óbvio.-----

---

Se existe o entendimento na Câmara Municipal, se calhar correcto e de que todos partilhamos, de que a pessoa indicada para vir ocupar é a pessoa que está aí mencionada, mas quem vai decidir é a Câmara Municipal.” -----

Referiu o **Senhor Presidente da Assembleia**: “ Chegamos então ao entendimento que não vale a pena. -----

Então assumimos todos aqui, que não vale a pena fazer a votação por voto secreto.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número sete à votação. -----

#### VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE-----

O ponto número sete, “Quadro de Pessoal – Previsão de um lugar de Coordenador Técnico na Área de Informática “, foi aprovado por unanimidade, com dezanove votos, sendo sete votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Não votaram por se encontrarem ausentes momentaneamente da sala, as Senhoras Maria Isilda e Teresa Martins e os Senhores Sérgio Nunes e Rosa Pedro.-----

Entrou-se de imediato no ponto número oito da ordem dos trabalhos.-----

#### PONTO NÚMERO OITO -----

#### REGULAMENTO DO CANIL/GATIL INTERMUNICIPAL DE TORRES NOVAS -----

Pediu a palavra o **Senhor Ferreira Marques**: “ Gostávamos de ter alguns esclarecimentos, porque a informação que temos não nos parece suficiente e é o seguinte: -----

Queríamos saber se de facto a criação do canil/gatil, segundo informações que temos, está situado em território de Torres Novas, se a inauguração desse espaço já foi efectuado, penso que sim, e saber, se de facto já foi transferido o canil/gatil do Entroncamento, para o novo espaço intermunicipal.”-----

Pediu a palavra a **Senhora Maria Isilda**: “ Como é sabido o canil/gatil foi inaugurado recentemente, como é sabido o seu camarada Rodrigues, já o tinha bastante bem preenchido, para surpresa de muitos dos autarcas que estiveram presentes, nomeadamente do Senhor Vice-Presidente da Câmara, em representação do nosso Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Câmara da Barquinha, que encontraram falta de espaço para o futuro.-----

Portanto, vai ser um espaço que vai ter que ser gerido agora e era impossível transferir de imediato os nossos animais para o canil, pelo menos, nas circunstâncias actuais.” -----

Atendendo a que mais ninguém quisesse intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número oito à votação.-----

---

## VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO

O ponto número oito, Regulamento do Canil/Gatil Intermunicipal de Torres Novas, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Passou-se ao ponto número nove da ordem dos trabalhos.

## PONTO NÚMERO NOVE

### IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2008 – RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Em relação a este ponto, nós votaremos favoravelmente desde que, como aconteceu também na Câmara, seja salvaguardado o sentido de voto anterior, ou seja, desde que mantendo-se o mesmo sentido de voto dessa reunião, da reunião anterior nós votaremos favoravelmente, a alteração do texto, em relação ao sentido de voto não o vamos alterar.”

Continuou o **Senhor Carlos Matias**: “ Nós é exactamente a mesma questão, não estamos de acordo com as taxas do IMI que foram aprovadas, se o voto favorável a esta rectificação técnica pressupõe o sentido de voto anterior, no ponto de vista político, nós votaremos favoravelmente, se politicamente é entendido que é um aval à tabela de taxas, nós votaremos contra. “

O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu: “ Estamos aqui a deliberar sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, portanto, não pressupõe a rectificação da deliberação.”

Prosseguiu o **Senhor Carlos Matias**: “ O entendimento é votarmos o texto que agora é proposto, naturalmente será aprovado penso eu, tal como foi o anterior, e fica claro a posição de cada partido, tal como ficou na votação anterior e portanto, nós votaremos contra e as outras bancadas votarão como entenderem, como é evidente.”

Não havendo mais pedidos de intervenção o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número nove à votação.

## VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE

O ponto número nove, IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – Rectificação de Deliberação, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e seis abstenções do Partido Socialista.

Entrou-se de imediato no ponto número dez da ordem dos trabalhos.

**PONTO NÚMERO DEZ** -----

**DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 8.168,60m<sup>2</sup>, SITA NA ZONA INDUSTRIAL 1ª FASE.** -----

Pediu a palavra o **Senhor José Luís**: “ Este é um assunto que já tem barbas russas.-----

--  
A Assembleia anterior fartou-se de insistir com a Câmara, para nos dar a área ocupada daquela zona que estava destinada ao caminho de ferro, as áreas já ocupadas com construções.-----

-  
A Câmara enviou-nos uma planta com as áreas já ocupadas por construções, nós temos vindo a debater esta questão, a Câmara sempre fechou os olhos a este assunto que é grave, qualquer pessoa apoderar-se de terrenos de domínio público para construir sem qualquer autorização e a Câmara agora arranjou uma solução de desafectar o terreno para resolver estes casos de ilegalidade, que nós entendemos que não é a posição mais correcta de resolver os problemas. -----

-  
A pergunta que fazia à Câmara, é se realmente essas pessoas que ocuparam os terrenos indevidamente vão ser levantados processos de contra ordenação, independentemente de comprarem os terrenos, porque isso é o mínimo que a Autarquia pode fazer do abuso que houve. -----

-  
Não é a questão da desafecção do terreno, é pura e simplesmente como eu disse, é para tentar resolver este problema que é injusto, nós sempre estivemos contra a desafecção porque isso é não pensar no futuro, porque no futuro pode realmente existir a linha do caminho de ferro e ficávamos sempre salvaguardados nessa questão, mas a Câmara, só por causa deste problema vão desafectar o terreno para outros fins. ---  
-----

Nós sempre levantámos o problema, se a Câmara enveredar por esse caminho, se ficavam parcela intercaladas, um comprava o outro não. No documento, vi que uma empresa ainda não tinha dado uma resposta concreta, se ficaria ou não, que é o lote vinte e oito. -----  
-----

Noutros lotes que não fazem parte desta área do terreno destinado à linha do caminho de ferro, há aqui uma permutas que gostava de saber, porque é que tem de haver permutas e qual a razão, que é no lote doze e lote treze.” -----

Continuou o **Senhor Pato das Neves**: “ Concordo com aquilo que o Senhor José Luís disse e portanto, não vou repetir. -----

-  
Primeiro, os serviços da Câmara não funcionaram, não funcionam nestes casos, em que envolvem interesses de algumas pessoas. -----

-  
Em segundo, queria ser esclarecido do seguinte: -----

-  
Todos nós sabemos que estas áreas que estão aqui, são as áreas para além das já ocupadas ou são as áreas contadas a partir do limite público até agora existente, isto é, um armazém que tenha avançado dois ou três metros, como eu sei que houve algum

---

caso, se esse terreno é pago ou se é pago só agora o que vier por acréscimo. -----

-  
Para além disso, o Partido Socialista subscreve completamente aquilo que o Senhor José Luís disse.” -----

--  
Respondeu o **Senhor Presidente da Câmara**: “ Em relação ao Senhor José Luís, não tenho nada para dizer neste momento, mas em relação ao Senhor Engenheiro Pato das Neves, ele tem uma dúvida, se os serviços da Câmara não funcionam ou não funcionaram, o Senhor tem razão não funcionaram no passado, não há lá, uma construção feita desde que sou Presidente de Câmara e já vai há seis anos. -----

-  
A área que as pessoas ocuparam indevidamente, será paga nem poderá ser de outra maneira, não vejo aqui outra alternativa, tentámos resolver mais este problema que nos deixaram, é nosso e temos de o resolver.” -----

-----  
Atendendo a que mais ninguém quisesse usar da palavra, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número dez à votação. -----

-  
**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ** -----

O ponto número dez, Desafecção de uma Parcela de Terreno do Domínio Público para Domínio Privado Municipal, com a Área de 8.168, 60m2, sita na Zona Industrial 1ª Fase, foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

-  
Passou-se de seguida ao ponto número onze da ordem dos trabalhos. -----  
**PONTO NÚMERO ONZE** -----

-  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA** -----

Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Para aquilo que nos apercebemos do documento e à primeira vista, há uma prestação de serviços de uma auditoria externa, há um concurso e há uma escolha, não temos nada a opor em relação a isso. ----

-----  
Temos a formular algumas situações anteriores, que tem a ver com todo o processo. -----

--  
Do documento, também ficámos a saber que, se não houvesse esta figura de Fundação, é mais um daqueles custos, que vamos ter de suportar durante muito tempo, mas não ficamos por aqui. -----

-  
A auditoria é para fiscalizar o desempenho desta Fundação, para fiscalizar, para aceitar ou não as contas, no entanto, continua a não vir, quer na informação do Senhor Presidente da Câmara, quer nouro tipo de informação, aquilo que se passa com a Fundação e as contas da Fundação, isso não nos são prestadas a nós e não abdicamos de ser substituídos por qualquer outra forma de fiscalização, pode-se discordar se é fiscalização ou não, mas não concordamos com isso. -----

---

Nós queremos ver realmente, como é que são gastos os dinheiros públicos, o dinheiro da Câmara nesta instituição em que a Câmara é parceira.”-----

Continuou a **Senhora Maria Isilda**. “ Relativamente a este processo, é referido na última página do documento que nos é presente, que de acordo com a Lei das Finanças Locais, as contas dos Municípios que detenham um capital de Fundações, as contas dos Municípios devem ser verificadas por um auditor externo, portanto, este auditor não é para a Fundação, é um auditor para o Município, que vai verificar as contas da Câmara, portanto, vai ser uma auditoria externa a toda a conta do Município.”

Prosseguiu o **Senhor Ferreira Marques**: “ São depois fornecidos os resultados da auditoria à Assembleia Municipal? -----

-  
Uma coisa é os pressupostos da Lei, outra coisa são as funções, um revisor oficial de contas não substitui os accionistas, nem substitui os participantes na Fundação.” -----

-  
Interveio a **Senhora Maria Isilda**: “ Se nós somos accionistas, temos direito e acesso à informação sobre aquilo que vai acontecendo no nosso Município e portanto, nesse sentido como accionista temos acesso à informação. “ -----

-  
O **Senhor Luís Grácio** referiu: “ De facto esta questão das auditorias externas, que decorrem do facto da participação da Autarquia com capital em outras entidades, acaba por ter um aspecto benéfico que é existir um processo de auditoria, certificação de contas o que é positivo. -----

-----  
De qualquer forma, esta decisão aqui tomada pela Câmara da escolha da equipa que vai fazer todo este processo de auditoria, é um pouco pobre do ponto de vista da justificação, nós vamo-nos abster e vou explicar o porquê: -----

-  
De facto, aparentemente o único critério que aqui foi considerado, foi o critério do preço, não me parece muito curial na análise das propostas, seja deste carácter ou de outro, se considere somente a questão do preço, isso significaria que qualquer outra empresa que apresentasse um euro a menos seria a escolhida. -----

-  
Dá-me a ideia que os critérios de avaliação de concursos têm que ter outros parâmetros para além do meramente o preço. Faço lembrar, que aqui às uns tempos, uma empresa ficou de fazer a passagem desnivelada na linha do caminho de ferro e quem terminou a obra foi a Autarquia, porque provavelmente os diversos critérios de avaliação das empresas a concurso, não tiveram em consideração, a situação financeira da empresa a quem foi adjudicado o processo. -----

-  
Não colocamos em causa a qualidade da empresa seleccionada, mas não nos devemos esquecer que os critérios devem ser alargados além do preço, se nos lembrarmos que o BCP neste momento está com um processo extremamente complicado e é auditado todos os anos, por empresas certificadas, a ENRON era uma empresa de electricidade americana, desapareceu e foi auditada durante anos, temos que considerar que a escolha dos auditores não pode somente partir do preço, tem de haver outros critérios e nós vamo-nos abster, porque achamos que a fundamentação aqui apresentada, não é suficiente. “ -----

---

Pediu a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Em relação a esta questão, pode haver discordância em relação à fiscalização, mas de facto, é um processo de fiscalização como qualquer outro e é um processo cada vez mais utilizado, não só a nível das Fundações, mas também nas participações das Câmaras noutras parcerias público ou privadas, que é assim que se começa a chamar. -----

Repito, isto não pode substituir o papel fiscalizador da Assembleia Municipal e tanto as contas da Fundação, como as contas da RESITEJO, ou o processo de investimento da Águas do Centro, devem vir com o máximo de informação à Assembleia Municipal. -----

Nós falámos há pouco na questão da alteração da Lei para as eleições nas Autarquias e isto tem a ver exactamente com isso, é que, cada vez menos temos participação nestes processos, cada vez sabemos menos o que se passa fora da Autarquia. -----

Da forma como foi apresentada esta proposta, vamo-nos abster.”-----

Respondeu o **Senhor Presidente da Câmara**: “ Foram aqui ditas duas situações que vou tentar esclarecer. -----

Uma é as conclusões das auditorias, no passado quando cheguei a esta casa, foi entregue à Assembleia, nesta virá representada no orçamento, outra as contas que foi dito aqui, mas isso não tem a ver, a auditoria é para fiscalizar as contas da Câmara Municipal. -----

Em relação às contas, a Fundação na última quarta feira apreciou as contas, teve uma reunião com o conselho consultivo, que a Câmara teve representada pelos seus diversos órgãos. Houve uma última reunião para apresentação das contas que foram devidamente aprovadas e portanto, será a Fundação que envia para a Câmara e a Câmara se o pretenderem dará conta disso à Assembleia, não temos de dar, mas se a Assembleia mostrar vontade nisso nós mandamos. -----

O critério do preço, é que, ao serem convidadas três empresas, vimos nelas condições para qualquer delas desempenhar a função que queremos confiar, ao reconhecermos competência para tal, só havia um critério para desempatar, que era o preço.”-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número onze à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE** -----

O ponto número onze, Prestação de Serviços de Auditoria Externa, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do representante da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e onze abstenções, sendo seis do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de imediato no ponto número doze da ordem dos trabalhos. -----

---

**PONTO NÚMERO DOZE**-----

-

**APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO.**-----

Pedi a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Em relação aos documentos que foram apresentados, de uma forma geral, está um bocadinho mais rico que os últimos dois que tinham sido apresentados, portanto, há mais alguma informação. -----

Chamo à atenção para os valores em termos financeiros, para a melhoria da situação da Câmara em termos de receitas, de impostos directos e indirectos para a melhoria substancial sobretudo a nível do IMI, houve um aumento de mais de trinta por cento de aumento o que tinha permitido este ano descermos a taxa do IMI, se houvesse vontade política.-----

--

Em relação às receitas, as taxas, multas e outras penalidades, há de facto uma taxa de execução muito baixa, não chega a meio daquilo que estava previsto, o que nos diz, que nem sempre é benéfico estarmos a actualizar taxas para valores muito altos, quando não temos capacidade de as cobrar. -----

-

Chamava ainda à atenção para as questões relacionadas com os dezoito processos judiciais que estão pendentes, alguns deles já têm muitos anos. -----

Por outro lado, a questão das obras, regozijo-me com isto, foi sempre uma coisa que levantei, a necessidade de informatizar os processos de obras, tem sido feito um esforço grande na informatização destes processos. -----

-

Em relação ao mapa dos ruídos, é uma sugestão, deveria ser colocado na Internet à disposição no site da Câmara, à disposição dos Municípios, pelo menos um mapa com algum detalhe, para as pessoas terem uma noção da qualidade de vida em termos de ruído no Município.”-----

-

Continuou o **Senhor Carlos Matias**. “ Registrar também que as receitas do IMI e do IMT, estão muito acima das expectativas, o que comprova a justeza da proposta que apresentámos na Câmara Municipal, para abaixamento das taxas do IMI, assim como, as receitas de loteamentos e obras, onde provavelmente estará incluído as receitas por áreas não cedidas e pagas. -----

-----

Dois tópicos muito pequenos: Transmitir a preocupação que várias pessoas me fizeram chegar, pelo fecho das Piscinas desde o dia catorze de Novembro, já lá vai um mês e meio, o que nos parece profundamente negativo, mais a mais numa altura em que as pessoas têm mais disponibilidade, em virtude de gozarem um período de férias e os miúdos estarem também de férias escolares e portanto, algo vai muito mal nas Piscinas, não sabemos o quê, nem sequer interpelamos o Senhor Presidente da Câmara sobre isso, algo de muito mal irá e se calhar, justificaria algumas medidas de fundo, pelo menos começar a pensar nalgumas medidas e se calhar até reavaliar se a solução que foi encontrada para as Piscinas, foi boa ou má. -----

-

Não é a primeira vez que as Piscinas fecham com problemas técnicos e desta vez, já com um período bastante dilatado, numa altura particularmente crítica, gostaria de deixar registado esta nota negativa. -----

---

Finalmente uma coisa menor, mas que as pessoas me têm chamado à atenção, é o facto da rega automática estar a funcionar quando está a chover e até fora de horas, penso que será um problema fácil de resolver se houver um pouco de sensibilidade ambiental e ecológica evitar esse espectáculo, por um lado a perda de água e por outro lado a imagem de pouco cuidado que existe. “-----

Pediu novamente a palavra o **Senhor António Ferreira**: “ Falou-se do fecho das Piscinas e queria levantar aqui também do fecho da Biblioteca, que segundo aquilo que me parece, vai decorrer durante um mês, que vem prejudicar numa altura de aulas os alunos, gostava de um esclarecimento sobre todo este processo. “-----

Continuou a **Senhora Maria Isilda**: “ Relativamente àquilo que é a informação do Senhor Presidente da Câmara e àquilo que são os trabalhos realizados no âmbito do Município, no período que medeia entre esta Assembleia e a anterior, gostava de registar o facto de a esta data e por informação que também me foi transmitida, os subsídios a todas as colectividades do Concelho, subsídios regulares e subsídios pontuais estarem integralmente pagos até ao final do ano, é importante para as nossas colectividades e portanto, é uma nota positiva que me parece importante deixar aqui. ---  
-----

Por outro lado, fazer uma referência ao esforço na intervenção que está a ser feita neste edifício e que, como devem calcular, quem não conseguiu ler os documentos todos, tem sido um trabalho de fazer pouco a pouco, encontrar dificuldades e procurar soluções para essas dificuldades, daí também ser um trabalho mais moroso, mas que me parece que vai ficar com bastante qualidade. -----  
-

Fazer votos, para que, o protocolo com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que tem tido um papel muito importante no que respeita à manutenção e recuperação da habitação social do Concelho, tenha continuidade e o melhor desenvolvimento e evolução. -----  
-

Quanto à nossa Biblioteca Municipal, formular votos de que este encerramento garanta uma qualidade aos serviços que a intervenção que está projectada possa permitir o melhor usufruir daquele espaço e das condições que temos, ou que podemos ter, até ser resolvida a questão de uma futura Biblioteca em espaço próprio. -----  
-

Para concluir, sei que neste momento o processo com as Águas do Centro, para as alterações que respeitam à Rua Doutor Costa Machado, e a obra que se projecta para aquela rua, possa ser um sucesso, estão em curso e portanto formulo votos para que definitivamente o ano dois mil e oito, resolva mais um problema com a ajuda das Águas do Centro, que está a ser tratada com o Senhor Presidente da Câmara, para aquele problema antigo, que nós vamos ter de resolver. -----  
-

Também a todos, votos de um Bom Ano e que para o ano estejamos cá todos com muita saúde e muita vontade a favor do Entroncamento. “-----

Respondeu o **Senhor Presidente da Câmara**: “ Queria só dar alguns esclarecimentos, foram ditas algumas coisas durante a reunião, são pequenos pormenores, que se calhar são importantes que as pessoas fiquem a saber alguma coisa sobre eles. -----  
-

O IMI que o Senhor António Ferreira falou, que não vem reflectido ainda este ano, são sempre feitos nos últimos vinte e quatro meses reputados a Setembro, portanto,

---

o de este ano aumentou não pode vir no próximo orçamento ainda, que é reputado a Setembro e aos últimos vinte e quatro meses. -----

Falou-me aqui nas condições para os trabalhadores, já me conhece e a minha aposta é o que se está aqui a fazer é para os trabalhadores. -----

-

Nas outras áreas, o cemitério está concluído o processo dos trabalhadores, estavam numa barraca que lá havia, tem o processo completamente resolvido. -----

Em relação às oficinas, vamos intervir durante o ano dois mil e oito. -----

Quanto aos jardins, está o projecto feito de um edificio no Bonito, para que seja lá de facto o sitio dos serviços dos jardins e espaços verdes. É um projecto que já está entregue na Câmara, vai depender do QREN evidentemente das participações, mas portanto, este é mais um projecto que está feito. -----

-

Em relação ao que foi aqui dito, sobre que o Presidente da Câmara, que o estacionamento só passaria a ser taxadas quando a REFER fizesse as obras, nunca disse isso, disse é que tinha um protocolo feito com a REFER, nunca foi assinado por eles, por um tal Senhor Coronel Boquinhas, que era o responsável da REFER, tenho o protocolo na minha secretária, a REFER lançou duas vezes o concurso para fazer o parque de estacionamento, duas vezes o anulou, o Senhor Coronel já saiu, já está lá outra pessoa e tenho o compromisso de no principio do ano, que o Senhor Doutor Fernando Cunha, responsável pela áreas das Autarquias, virá ao Entroncamento para tentar resolver este problema, mas é um problema da REFER tanto a poente como a nascente, que a REFER e a CP têm que criar condições para o seu operador para criar estacionamento para pessoas que são utentes deles, mas eu nunca me comprometi, que faria uma coisa quando viesse a outra. -----

-

Em relação ao que falou aqui da bandeira do Presidente da Câmara, sobre o desporto, é com gosto que essa é uma bandeira assumida há muitos anos. -----

-

Falou aqui, que não existia desporto para os idosos, não é verdade Senhor José Luís, se dirigir aos serviços de desporto da Câmara Municipal do Entroncamento e terá conhecimento disso tudo de certeza absoluta, mais ainda, os idosos que façam prova e tenham o seu cartão de idoso, têm descontos em todos esses equipamentos. -----

Na compensação dos lugares de estacionamento em loteamentos, desde que sou Presidente da Câmara, nunca houve uma compensação de um tostão em lugares de estacionamento em loteamentos. -----

-

Falou-se aqui, como é que a Câmara fez a actualização da tabela de taxas diz aqui: -----

-

“ O valor das taxas previstas no regulamento, bem como os valores constantes nas formulas de cálculo são actualizadas anualmente por aplicação do índice de preços no consumidor, publicados anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, relativa aos dois meses do ano anterior”, é assim que é achada esta taxa. -----

-

Também se falou aqui que o IMI aumentou, mas ninguém falou aqui que nós somos o Município do Distrito de Santarém que mais contribuiu per capita para o Orçamento do Estado e quem menos recebe per capita do Orçamento do Estado, é preciso que se diga essas coisas. -----

-

---

O mapa do ruído não está actualizado, há nova legislação sobre isso e fizemos novo concurso para actualizar e portanto, não há um mapa do ruído actual.-----

-

Sobre o fecho da Biblioteca, a Câmara Municipal do Entroncamento tem protocolado com a REFER, para receber um terreno para fazer a Biblioteca. -----

A REFER, tem estado a desactivar algumas instalações que tem nesse terreno que está protocolado e assinado pelas duas entidades e portanto aguardamos que isso venha a acontecer, sabemos que isso demora algum tempo e como tal, entendi por bem, que este espaço pode ficar todo disponível com a saída dos serviços técnicos, para as novas instalações, entendi que tinha condições para se fazer uma Biblioteca que sirva, até termos uma Biblioteca nova. -----

-

Aquele edificio vai ser todo desventrado, e vai ser um edificio com outra arquitectura e com um ar aprazível para que as pessoas se sintam bem, para isso, é necessário que saiam de lá para se poder fazer a obra. Saem a partir de um de Janeiro e abrirá no dia seis de Fevereiro, no Centro Cultural. -----

-

Sobre a rega automática, nós temos alguma atenção a isso, não é carregar num botão na Câmara, tem que se ir aos locais, nos dias que chove não podemos ir lá, o que choveu foi um ou dois dias, nos outros se não regarmos todos os dias, com a geada que está, queima tudo. -----

-

Em relação ao fecho das Piscinas, há uma empresa que fez a Piscina, na parte de aquecimento de ar que são equipamentos da Roca, há um mês para cá, essa empresa não tem conseguido que venha da Alemanha o aparelho para colocar na Piscina, os equipamentos são o mais moderno que há, não tem havido material de substituição, portanto será aberta dia dois de Janeiro, já seguiu para as pessoas e colectividades essa informação e não é com gosto nenhum que nós temos aquilo fechado, antes pelo contrário. -----

-

Sobre a fiscalização das contas da Câmara e para não acontecer como no passado, que houve uma obra na passagem inferior, que foi a Câmara a acabar, não, a Câmara só teve que acabar, porque quando se lançou o concurso, só se fez o concurso até ao tampão. -----

--

Foi aqui dito, que na passagem inferior, foi a Câmara que teve de acabar no passado, porque não tinha sido feito no projecto a saída o resto do complemento àquilo, não tinha nada a ver com as contas da Câmara, não tinha nada a ver com as obras. -----

Meus Senhores, obrigado por terem ouvido, um Bom Ano para todos e que, para o ano que vem, estejamos cá todos com a mesma vontade, muito obrigado. -----

-

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão quando eram treze horas e vinte minutos. -----

-

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta.-----

--

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

---

O Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

O 2º, Secretário:

Fernando Murcela

